



**Ministério do Turismo  
Conselho Nacional de Turismo**

**ATA DA 5ª REUNIÃO DO  
CONSELHO NACIONAL DE  
TURISMO REALIZADA EM 03  
DE JUNHO DE 2004, EM  
BRASÍLIA-DF.**

**A reunião foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfrido dos Mares Guia.**

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às nove horas, no Salão de Reuniões da Confederação Nacional do Comércio, localizado no Edifício da Confederação Nacional do Comércio, Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco "B", 18º andar, na cidade de Brasília/DF, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo e Presidente do Conselho Nacional de Turismo, Walfrido dos Mares Guia, reuniram-se os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Nacional de Turismo, conforme assinaturas constantes às folhas 08 do Livro de Presença. A reunião é iniciada pelo Presidente da Mesa, Sr. Walfrido dos Mares Guia, que agradece a presença dos Conselheiros Titulares e Suplentes e a gentil cessão do local pela CNC para realização da reunião. O Presidente da Mesa ratifica a importância da pauta que tem como principal foco a questão do financiamento. Comunica que nesta data o Conselho está completando um ano e um mês de implantação e destaca os bons números do turismo e da economia brasileira no período. Informa que o Ministério do Turismo está acompanhando, com a ajuda da Polícia Federal, da Infraero e o Banco Central alguns números do turismo: vôos comerciais e *charters*, entrada de turistas estrangeiros, desembarques de turistas nacionais internos, desembarques internacionais excetuando os brasileiros e entrada de dólar, afirmando que são recordes. Reconhece que ainda estamos longe de atingir as metas referentes a 9 milhões de turistas estrangeiros, 8 bilhões de dólares, 1,2 milhão de empregos e 65 milhões de desembarques domésticos, mas considera ainda o prazo de três anos e meio até o fim do Governo atual. O Presidente da Mesa informa que, em reunião com o Presidente da República deixou claro as necessidades do setor turismo no que concerne a fomento e financiamento, salientando aos membros do Conselho a importância da oportunidade extraordinária de se fazer uma reunião voltada para a questão do financiamento. Comenta: "só os empresários é que fazem os investimentos, só os empresários é que dão os empregos, nós fazemos a infraestrutura, a promoção e a capacitação, e temos muito por fazer". Solicita que, nesta reunião, todos os que tiverem uma contribuição a dar ou até mesmo uma experiência pessoal do seu setor que a coloque, salientando a necessidade de ouvir o que os representantes dos Bancos têm a dizer, para depois começar a interação. O Presidente da Mesa continua e informa que não há nenhum sinal de que teremos retrocesso. Pelo contrário, temos sinal de que haverá avanço. Comenta que em reunião com o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco do Brasil fez uma sugestão que o encantou: em vez do Banco do Brasil fazer uma mídia nacional gastando uma fortuna, dizendo que tem linhas tais e tais para turismo, recebíveis, capital fixo, micro, pequeno, médio, seria muito importante que cada um dos Senhores, Dirigentes das Associações Nacionais, das Confederações e das Entidades de Classe do turismo, nos passassem, confidencialmente, os *e-mails* com todos os associados para que o Banco do Brasil fizesse um *e-mail* direto para cada empresário do turismo do Brasil, seja uma Agência de Viagem, um dono de Restaurante, Hotel ou Pousada, uma Associação de Guias, seja lá quem fosse. Se

tivesse um registro, endereço ou CGC, que pudéssemos passar em mala direta ao Banco para que providenciassem individualmente, a cada empresário do turismo brasileiro, um *folder* explicando as linhas, o acesso, o critério, etc. O Presidente da Caixa Econômica falou praticamente a mesma coisa e o Presidente do BNDES disse que o Banco opera diretamente com financiamentos acima e abaixo de 10 milhões, onde o risco é dos agentes. Manifestou que tem a certeza de que os representantes dos Bancos explicarão isso com muito mais detalhe e presteza. Portanto, são estas duas coisas: a preocupação do Governo, na pessoa do Presidente, com o financiamento do turismo e a oportunidade de ares favoráveis em relação ao crescimento e ao desenvolvimento do País. Agradece o costumeiro apoio que o Ministério tem recebido dos Conselheiros, seja com a crítica na hora necessária, seja com o apoio e a solidariedade na hora necessária. Para finalizar, o Presidente da Mesa comenta sobre o sucesso da viagem à China informando que contaram com mais de 35 empresários do turismo em dois *workshops* e informa sobre a formalização, pelos Presidentes do Brasil e da China, de que a partir daquele momento o Brasil era considerado um destino turístico aprovado pelo Governo chinês e já está sendo preparado um memorando de entendimentos pelo Governo Brasileiro e o *CNTA - China National Tourism Administration* para ajustar todo o trâmite que será adotado. O Presidente da Mesa passa a palavra ao Secretário Executivo do Conselho, Sr. Milton Zuanazzi que cumprimenta a todos e propõe que seja seguida a pauta do dia, com a aprovação da Ata da reunião anterior já remetida aos Conselheiros. O **Sr. Norton Lenhart (FNHRBS e CNC)** pergunta se o Ministério recebeu as ratificações enviadas por ele. O Sr. Milton Zuanazzi informa que foram recebidas e incorporadas à Ata e pergunta se há mais alguma consideração a ser feita. Foi considerada aprovada a Ata da reunião anterior. O Sr. Milton Zuanazzi dá seqüência a Ordem do Dia informando que haverá uma breve apresentação de um relatório do trimestre e, a seguir, seriam ouvidos os Bancos oficiais que têm linhas de financiamento ao turismo. O **Sr. Milton Zuanazzi** passa a palavra ao Sr. Eduardo Sanovicz (EMBRATUR) para que seja iniciada a apresentação do relatório trimestral do ponto de vista da Embratur. O Sr. Eduardo Sanovicz (EMBRATUR) cumprimenta a todos e inicia a apresentação comentando os resultados do turismo brasileiro 2003/2004 e informa que no primeiro quadrimestre – janeiro a abril de 2003 –, tivemos o ingresso de 774 milhões de dólares no país com o turismo. No primeiro quadrimestre de 2004, o Banco Central informou o ingresso de 1,129 bilhão de dólares com o turismo estrangeiro, gerando um crescimento de 45,8%. Segundo, a Infraero informou uma ampliação no desembarque de passageiros estrangeiros de aproximadamente 17%. É bom registrar que isso não é o movimento de turistas, apenas reflete um aquecimento da atividade econômica. Continua comentando que a Embratur fechou o mês de maio com 18 eventos internacionais captados para o Brasil, o que gerou reflexos em todo o país. Informa sobre a inauguração dos escritórios do Brasil no exterior e apresenta o **Sr. Ailton Nogueira** como Diretor de Turismo, Lazer e Incentivos responsável pelos escritórios no Brasil no exterior. O **Sr. Delfim de Almeida (SNEA)** sugere ao Sr. Eduardo Sanovicz dispor esses dados no relatório quadrimestral e que, com referência aos dados de entrada de passageiros no Brasil, o Comando da Aeronáutica, através do DAC pudesse apresentá-los de forma mais abrangente, pois a Infraero não administra alguns pequenos aeroportos. O Sr. Milton Zuanazzi apresenta sua parte do Relatório Trimestral do Mtur comentando que no ano passado o único indicador negativo em relação a 2002 foi nos desembarques nacionais. Os acréscimos ocorreram em todos os outros indicadores. Comenta que a retomada da atividade econômica ajudou muito na melhoria dos números do turismo. O Sr. Milton Zuanazzi aborda o segundo aspecto do relatório, que do ponto de vista da Secretaria de Políticas, é o Programa de Regionalização distribuído aos Conselheiros. Ratifica a importância do trabalho e informa que contou com a participação de muitas entidades do Conselho na sua construção, e que foi lançado no auditório térreo da CNC, através de Teleconferência para todo o Brasil, contando com a presença do Presidente Lula e do nosso Ministro. Apresenta **que foram detectados 219 pólos a serem trabalhados no Brasil, a partir de agora e explica que o desenvolvimento do turismo não está focado nos 5.700 municípios e, sim, nos 219 pólos que vão envolver algo em torno de 3.000 municípios**, nem todos vinculados diretamente à cadeia produtiva, mas no arranjo produtivo. Comenta que este é um Programa que está nascendo, que tem muito pela frente e que nasceu feito por muitas mãos. Não é um Programa do Ministério, não é um Programa do Governo, é um Programa nosso, do Brasil, como gostamos de ressaltar, feito com muitas parcerias. Uma terceira questão fundamental a destacar é sobre o indicador de emprego, que até hoje não conseguimos levantar. Falamos em 1.200.000 empregos e o nosso setor é muito particular. No entanto, o CAGEB – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - feito pelo Ministério do Trabalho, no primeiro trimestre deste ano, mostra que

desde 1992, quando o mesmo foi criado, o emprego formal com carteira assinada, pela primeira vez no Brasil tivemos um resultado de 539 mil, ou seja, 534 mil empregos de saldo entre os desempregados e os empregados com carteira assinada. Tivemos o maior número de empregados com carteira assinada no Brasil desde 1992. Esse é o dado deste primeiro trimestre no nosso setor, no que corresponde a Hotéis, Agências e Restaurantes – notem que nem todos os restaurantes estão para servir os turistas, mas muitos estão, e o setor é enquadrado no turismo e hospitalidade, pois não é determinado. Parte do setor de serviço que pega, por exemplo, a área de organização de eventos, e que não está aberta como organização de eventos, ou a área de Parques Temáticos, ou seja, áreas de lazer - chegamos a algo em torno de 60 mil desses 534 mil empregos em carteira, ou seja, mais do que os 10% que queremos fazer de empregos no Brasil. Esses números nos satisfizeram, apesar de não estarem concluídos e não podermos abri-los com absoluta perfeição e dizer que o emprego está localizado aqui ou acolá. De qualquer forma, há interfaces com o nosso setor direta ou indiretamente e portanto, o nosso setor tem contribuído de forma bastante significativa para isso. O Sr. Milton Zuanazzi finaliza dizendo que esse foi um dos argumentos usados com o Ministério da Fazenda na discussão da COFINS, que ainda não está acabada, pois continua no Congresso com alguns detalhes que não pudemos passar naquele primeiro momento. É um setor que está altamente penalizado e que é altamente gerador de emprego. Esses resultados mostram nossa primeira vitória na votação da MP passada enquanto que há outras tramitando no Congresso, cuja votação estamos aguardando. O **Sr. José Zuquim (BRAZTOA)** solicita aos Conselheiros o apoio a COFINS, visto que a MP nº 183, que traduz os interesses dos Agentes de Viagem e Parques Temáticos, está na Câmara dos Deputados e todo o esforço de articulação dos amigos do Conselho será de bom tamanho. O Sr. Presidente da Mesa aprova o assunto e cita a presença do Deputado Ricarte de Freitas, primeiro vice-líder do PTB, que está cuidando da MP nº 183 em relação à consolidação final. O Presidente da Mesa informa que a comissão está mobilizada e há praticamente unanimidade para que o setor de turismo fique fora dos 7,6% e ratifica a importância das entidades terem os dados do setor que representam. O **Sr. Tasso Gadzanis (ABAV)** cumprimenta o Deputado Ricarte de Freitas e diz que se ele descobrir o turismo, teremos um grande aliado dentro da Câmara. Comenta que a ABAV apresentou um trabalho para subsidiar a discussão da COFINS que também abrangeu a hotelaria. O Sr. Presidente da Mesa informa que serviu para a hotelaria civil mas o trabalho para Agência de Viagem chegou atrasado. O **Sr. Tasso Gadzanis (ABAV)** informa que os dados são os mesmos. O Presidente da Mesa responde que são duas áreas completamente distintas e que é dever constitucional defender o setor, assim como defendeu os passageiros na época que o DAC interviu na promoção de uma empresa privada. Enfatiza que “regulamentar é uma coisa, intervir é outra. Essa é uma posição pessoal. Tenho de defender, mesmo que seja contra o interesse de vocês, que têm de me chamar a atenção para eu atacar o que eu estava defendendo. Mas de qualquer maneira, quanto mais profissionalismo colocarmos nesses estudos, mais dados e mais foco, mais argumento eu tenho. Agora resolvemos o problema politicamente, isso que é importante”. O **Sr. José Zuquim (BRAZTOA)** informa que algum dia a BRAZTOA estará recebendo um trabalho onde será feito um diagnóstico do funcionamento da cadeia, do começo ao fim. Isso vai pelo menos resolver boa parte da sua compreensão, de onde o dinheiro fica em cada segmento e que entregará o trabalho formalmente ao Ministério. O Sr. **Presidente da Mesa** comenta que há uma reforma tributária em curso e sugere o setor deva ter pelo menos uma pessoa acompanhando todas as reuniões da Comissão Especial de Reforma Tributária, pois acha importante que o setor acompanhe o processo enquanto está sendo discutido no Congresso Nacional. O **Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** comenta a necessidade de apoiar as empresas para que cresçam e informa que há, no bojo desta lei, o Art. 82. Lembra que já havia alertado sobre isso na reunião anterior, estamos com trabalhos nos quais as empresas do Simples, que tenham mais de 30% de serviço, estão sendo oneradas em 50%. Comenta que isso é um tiro no coração do programa que estamos lançando de Roteiros do Brasil, porque novos produtos nascem com pequenas pousadas e hotéis e eles estão sendo atingidos já no nascedouro. Todos sabemos a quantidade de pousadas e pequenos hotéis que estão na informalidade e se continuarmos aumentando a carga, eles continuarão na informalidade. Ninguém ganha com isso. Não tem carteira assinada, Fundo de Garantia nem imposto recolhido. Temos de repensar bem esta questão. Continua e entrega ao Presidente da Mesa, em nome da Câmara Empresarial de Turismo da CNC, um documento e ratifica que a entidade que representa está à disposição para ajudar no que for preciso. O Sr. Presidente da Mesa agradece. O **Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** testemunha: “Há mais de 20 anos militamos na área de associações, dos parques temáticos. Quero manifestar e

deixar registrado em Ata que raras vezes, nesses últimos 20 anos, tivemos uma atuação tão eficaz de um Ministro da área, mesmo que fosse da área de indústria e comércio ou outro setor que não fosse especificamente o turismo, mas que atendia o nosso setor de uma forma tão pungente, como o Ministro Walfrido. Quero registrar que não foi só o COFINS, mas também o ISS, que podia ter ido em alguns setores do turismo, até a casa dos 10%, o que seria realmente a morte de alguns setores do turismo nacional, e o Ministro Walfrido, de última hora, levou o problema ao Presidente Lula no ato e conseguiu reverter uma situação por um veto presidencial. Embora eu esteja emanado com os operadores e agentes de turismo, fico contente do Ministro Walfrido ter comentado que vai incluir e, quando ele diz, tenho certeza de que serão incluídos os Agentes de Viagem. Essa equipe do Ministério, nesse aspecto de reforma tributária e dos impostos que abalam fortemente o setor privado, nunca tivemos igual.”. O Presidente da Mesa agradece e passa a palavra ao **Sr Michel Tuma Ness (FENACTUR)** que se manifesta contrariado, pois quando da reunião entre o Conselho e o Presidente da República foi orientado pelo Presidente Lula que o Ministro Walfrido marcasse um encontro com o Ministro Palocci e com as entidades para a discussão da COFINS, e que as entidades elaborassem um trabalho para apresentá-lo ao Ministro da Fazenda. Continua dizendo que o Conselho não foi respeitado nesta questão porque não foram chamados para reunião com o Ministro Palocci. Informa que foi solicitado pelo Sr. Milton Zuanazzi que cada entidade fizesse um histórico. O Sr. Michel continua informando que a entidade Fenactur, encaminhou um trabalho ao Sr. Milton e permaneceu no aguardo da reunião com o Ministro Palocci. Comenta a surpresa de saber que as Agências de Viagens estavam fora da medida, portanto, solicita explicações ao Ministro. O Sr. Presidente da Mesa informa que esse é o momento para esclarecer os assuntos. Informa que o Sr. Milton Zuanazzi se reuniu com os membros da Câmara de Legislação no dia 14/04/04 onde recebeu as contribuições das entidades, algumas delas ainda incompletas que seriam completadas. E diz que de fato, o Conselheiro Michel, está coberto de razão. Não tivemos a instância da reunião com o Ministro Palocci pelo fato do Senado ter colocado em votação num prazo curto, que não deu tempo de nos reunirmos, nem eu pessoalmente com eles. E continua dizendo que também considera que teve uma derrota parcial, não uma vitória completa. Quando anunciamos, disse que o setor tinha sido praticamente todo beneficiado e que a parte que não foi contemplada não pagava imposto. “Eu até gostaria de saber se há de fato algum empresário pagando lucro real, para poder argumentar com isso também, até porque conheço bem isso, porque tenho 39 anos de empresa, a minha empresa é de serviço também, já foi informal, já micro, já médio, já tive lucro presumido e hoje estou no lucro real. Então, será que estaremos condenados a não estar no lucro real? Não podíamos crescer?” O **Sr. Michel Tuma Ness (FENACTUR)** agradece e fala que a resposta que o Senhor Ministro deu ao plenário será encaminhada a todos os agentes de viagem do Brasil. O Sr. Presidente da Mesa informa que o mérito da hotelaria ter entrado na medida é, indiscutivelmente, de muita gente, mas a decisão política foi do Presidente da República. O **Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** informa que na área de restaurantes existem empresas que estão pagando COFINS. Sugere que seja feito um trabalho conjunto entre as entidades. O Sr. Presidente da Mesa encerra o assunto sugerindo que os Conselheiros procurem os Deputados para buscar apoio. O **Sr. Guilherme Paulus (Indicação do Presidente da República)** informa que, de 32 anos de existência da CVC, em mais de 25 usam no lucro real. Acho que deve ser alguma má informação da Fazenda. O Sr. Presidente da Mesa informa que é por esse motivo que pediu os dados. E Comenta que a questão do lucro real não significa que a empresa tem de ser grande. Pode ser pequena, mas estar com um custo tão alto que o lucro real é melhor do que o lucro presumido. Considero o assunto esclarecido. O **Sr. Luiz Carlos Nunes (ABIH)** agradece em nome da hotelaria nacional pelo trabalho realizado em relação ao COFINS. O Sr. Presidente da Mesa agradece a todos e menciona a carta aberta encaminhada pela ABAV. Cumprimenta e cita a presença do Sr. Manoel Costa, Secretário de Turismo de Belo Horizonte. Passa a palavra a **Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Mtur)** que cumprimenta a todos e começa a apresentação dos resultados da Secretaria de Programas no trimestre. Informa que conseguiu empenhar 59 milhões na área de infra-estrutura e que tem mais 9 milhões para serem empenhados com projetos de Centro de Informações Turísticas, recuperação de patrimônio histórico e estações ferroviárias para turismo, implantação de centros de Vendas de Artesanato, apoio a bugueiros, barraqueiros, jangadeiros e saveiros, Centros de Pesca Esportiva, Sinalização Turística, Centro de Convenções e alguns pequenos trechos viários. Informa que foi iniciado pelo PRODETUR, a construção do Aeroporto Internacional da Serra da Capivara no Piauí, e sendo finalizado o saneamento básico em Porto Seguro. Informa que está iniciando o PRODETUR Sul pelo estado do Paraná. Comenta que foi lançado ontem, em Natal, o

Programa do Alimento Seguro, que é o ponto-chave em termos de qualificação do setor, em parceria com o SEBRAE, SENAI, SENAC e ANVISA. Cita que para o Programa Alimento Seguro são 4 milhões de reais para este ano, fora os recursos do nosso orçamento do próximo ano. Comenta que neste ano o Mtur está treinando 600 ambulantes e barraqueiros e 2.400 empresas. Ressalta outros parceiros: CTI/Nordeste e Instituto Estrada Real, Caixa Econômica Federal, Petrobras e a ANVISA. O **Sr. Dácio Bertocco (UBRAFE)** questiona sobre o andamento do documento elaborado em parceria com ANPO e a ABOC, encaminhado ao Mtur. A **Sra. Maria Luisa Leal** (Secretária de Programas de Desenvolvimento do MTur) responde informando que o documento está sendo trabalhado e salienta que os parceiros principais na elaboração das normas são o Instituto de Hospitalidade e a secretaria técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas, onde o projeto está em análise pelo comitê. O **Sr. Dácio Bertocco (UBRAFE)** pergunta se a Secretária tem alguma previsão de resposta. A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do MTur) informa que não tem previsão, porque há um conjunto de normas e foi feito um cronograma de elaboração. Informa ainda que, o Mtur não dispõe de recursos suficientes para elaborar todas as normas ao mesmo tempo. Acredita que em menos de um mês possa falar exatamente quando esta norma será elaborada. O **Sr. Dácio Bertocco (UBRAFE)** ratifica a importância da resposta. Informa que estão com algumas restrições para captar eventos no exterior. Questiona: “Como vamos fazer agora em São Paulo a captação do *Convention Bureau*, um dos documentos que o Congresso Mundial de Oftalmologia pediu para ser realizado em São Paulo em 2006 foi a certificação”. A **Sra. Maria Luisa Leal** (Secretária de Programas de Desenvolvimento do MTur) informa que essa questão é uma barreira não tarifária e estão tratando disso. O **Sr. Dácio Bertocco (UBRAFE)** pergunta se conseguirão ter uma norma pronta até o final do ano. A **Sra. Maria Luisa Leal** (Secretária de Programas de Desenvolvimento do MTur) responde que não e informa que a norma demora um pouco para ficar pronta. Dificilmente se consegue porque ela passa por consultas públicas e há todo um procedimento da ABNT. Informa ainda que essas 32 normas ficaram prontas mais rápido, porque o Instituto de Hospitalidade tinha feito um trabalho anterior e apresentou uma minuta de norma técnica que foi aprimorada pelo setor em várias consultas públicas, mas já foi feito um trabalho inicial. O **Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** convida o Diretor Presidente da ANVISA, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques a se dirigir à Mesa para assinatura do Convênio. O convênio é assinado. O **Sr. Milton Zuanazzi** aproveita a pausa e informa que na próxima semana, em São Paulo, haverá a 11ª Assembléia Geral da UNCTAD, órgão da ONU para o desenvolvimento e, pela primeira vez, a UNCTAD abre um debate sobre o turismo que ocorrerá na terça-feira à tarde no Anhembi e que as inscrições estão sendo feitas no Mtur. O Sr. Milton Zuanazzi passa a palavra ao Sr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques (Diretor Presidente da ANVISA) que cumprimenta a todos e comenta que a assinatura desse convênio é uma demonstração prática da hospitalidade que marca tão fortemente o setor. Agradece ao Sr. Ministro, a todos os presentes. O Sr. Presidente da Mesa agradece as palavras do Dr. Cláudio Maierovitch e cumprimenta a Sra. Maria Luisa e sua equipe por esta iniciativa que fortalece e dá segurança a todos. A **Sra. Maria Luisa Leal** (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Mtur) informa que por uma demanda do Ministro, a Secretaria de Programas costuma fazer reuniões com os Bancos. Anunciaram no lançamento do Plano Nacional de Turismo que teriam 1,790 bilhão de recursos disponíveis para serem emprestados para o setor. O que era isso? No caso dos Fundos Constitucionais, do FCO, do FNE e do Fundo do Nordeste, é uma prioridade de 12% dos recursos sendo aplicados em turismo. Os recursos do FAT e da CEF são os recursos do PROGER Turismo e PROGER Recebíveis e os recursos do BNDES gerais. Desses 1,8 bilhão, tivemos no ano passado menos de 300 milhões emprestados, o que dá 16% dos recursos apenas. Foi exatamente com base nesses dados que começaram os trabalhos com os Bancos. Esses dados do empréstimo podem ser um pouco maiores, porque existem outras linhas, por exemplo, que podem estar sendo emprestadas para turismo, sem estar sendo registradas. Mas, por mais que dobre este valor, continua sendo muito pequeno em relação ao que dispõe de compromisso de empréstimo. A próxima tela representa muito pouco, é a carteira do Banco do Brasil. A partir de agora, fecharam com a diretoria do Banco que vai fornecer mensalmente os dados de turismo com base na CNAE que fornecemos, como a Caixa já vem fazendo. A Caixa, desde o início, concordou com a nossa sugestão e o Banco do Brasil, agora, na nossa última reunião, concordou e também nos passarão mensalmente. Esse dado é da carteira como um todo. O Sr. Presidente da Mesa questiona se o dado apresentado é tudo o que o Banco do Brasil tem de exposição no setor. A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Mtur) responde que sim. E Informa que esse dado é do Banco do Brasil e do



Fundo Constitucional do ano passado. Ele emprestou 4 milhões o ano passado. Isso representa menos de 0,4% dos recursos do FCO. Ele tinha 1,2 bilhão para emprestar, embora desse 1 bilhão só 60% é FCO empresarial, que é o que pegaria este setor. Por estado, temos um maior número de operações em Goiás e Mato Grosso. **O que fechamos com o Banco do Brasil?** Avaliar a metodologia de resultados do Banco, esse já é um resultado para tentarmos superar. O Banco vai detalhar isso depois e não vou entrar muito no detalhe das ações pois os representantes dos Bancos estão aqui. O MTur vai enviar ao Banco do Brasil o arquivo das entidades. Já entramos em contato com as entidades para que o Banco possa fazer um trabalho pró-ativo do gerente ir atrás da empresa, oferecer o produto e ter uma efetividade maior. Além disso, definimos trabalhar cinco arranjos produtivos locais em parceria. Essa identificação foi feita com base nos Fóruns e com análise da minha Secretaria com a Secretaria do Milton Zuanazzi, de qual seria o melhor impacto em termos de resultados. Nesses trabalhos de arranjos produtivos locais, vai entrar o MTur, o Banco, que é fundamental, o SEBRAE, o Sistema S, o conjunto ANVISA, o conjunto de parceiros no conceito que trabalha arranjo produtivo. No caso do BNDES, já fizemos a primeira reunião. A próxima informação é da Caixa Econômica Federal. Essas são as efetivas aplicações de turismo da Caixa. A Caixa, em 2003, aplicou 90 milhões em turismo. Até março de 2004, já há 31 milhões aplicados, o que entra a linha de recebíveis, que a Caixa está operando, cartão de crédito e Mastercard. O BNDES emprestou, em 2003, 74 milhões para o setor, sendo que 13 milhões direto e 56 milhões indireto. No ano anterior, o BNDES tinha emprestado 142 milhões. Houve uma queda muito grande. Fechamos reunião com a diretoria do Banco que vamos contratar imediatamente, alguns estudos setoriais, de organização industrial e de perspectivas de hotelaria brasileira. Montamos um grupo de trabalho que já se reuniu semana passada para acompanhar os projetos dentro do Banco. Portanto, haverá um grupo de trabalho nosso e do BNDES para acompanhar todos os projetos da área de turismo que entrarem dentro do Banco. Há também uma proposta de alteração do Decreto nº 2.233 que o Ministro do Turismo já encaminhou para o Ministro do Desenvolvimento, para alterarmos e facilitar o empréstimo de recursos sem risco cambial para empresas estrangeiras no Brasil. No caso do Banco do Nordeste, as aplicações cresceram de 2002 para 2003 - passaram de 11 milhões para 77 milhões -, e o banco está com um total de projetos em análise de 370 milhões. Informa que os dados estão disponíveis no *site* do MTur e solicita que as entidades façam um trabalho regional com cada um dos estados a fim de que eles aumentem a pressão sobre os fundos constitucionais para empréstimos em turismo. No caso do Banco do Nordeste, nós combinamos trabalhar esses cinco APLs e montamos um grupo de trabalho para acompanhamento de projetos dentro do banco. No caso do Banco da Amazônia, também fizemos uma análise e o empréstimo para turismo é pouco significativo. Tivemos em 2003 um total de menos de 7 milhões emprestados e também estamos trabalhando com o banco e com os estados no sentido de haver uma maior pressão na área de agricultura e indústria, sem ser o turismo. Nós fechamos trabalhar três arranjos produtivos com eles. O Sr. Presidente da Mesa lembra que os juros dos fundos constitucionais são os mais baratos do Brasil; é o TJLP mais 2%, TJLP mais 3% e ainda há um rebate para quem paga em dia. **A Sra. Maria Luisa Leal** (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Mtur) comenta que melhor ainda: é juro fixo que vai de 8,75% a 14% com bônus de adimplência, chegando até a 6,5% no caso de pequenos e 11% no caso de grandes. Esse é um juro competitivo sem correção. **Sr. João Batista de Melo Bastos (BASA)** solicita que seja registrado que o dado apresentado está correto, é menos de 7 milhões, mas só nos quatro primeiros meses de 2004, o banco já subiu para 18 milhões a aplicação em turismo **A Sra. Maria Luisa Leal** (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Mtur) continua informando o Mtur está fechando um projeto com o FUMIN, que é uma área dentro do Banco Interamericano, um repasse de 1,5 milhão de dólares em 3 anos. A idéia é ter uma contrapartida de 50% do Ministério, mas tínhamos iniciado contato o ano passado com o SEBRAE, com a Fundação Banco do Brasil e com o Ministério do Trabalho para que esses recursos sejam aumentados, exatamente para montarmos uma estrutura de apoio ao investidor para ele poder ajudar a elaborar projetos e ajudar a olhar para dentro da empresa naquilo que ele pode se organizar melhor para conseguir ter acesso a financiamento. A Sra. Maria Luisa passa a palavra ao Presidente da Mesa. O Sr. Presidente da Mesa passa a palavra ao representante do Banco do Brasil. Antes, porém, informa que há uma boa vontade indiscutível dos Bancos daqui para frente, sobretudo, de procurar resolver os problemas e buscar linhas novas, criar produtos novos, mas tem de ter um *input* de vocês para podermos cobrar. Comenta que se comprometeu com os cinco Presidentes em termos uma linha direta a serem trabalhadas depois com as equipes. **O Sr. João Rabelo Júnior** (Gerente Executivo da Área de Turismo do Banco do Brasil) cumprimenta a todos. Inicia sua apresentação informando que o Banco do Brasil

tem algumas linhas específicas para o segmento turístico e que boa parte foi intensificada neste Governo. O projeto Turismo Investimento, foi um dos primeiros atos do Ministério do Turismo; a antecipação do crédito Visa, foi o mais novo do processo, entrando em operação há dois meses; o FCO Turismo, a mais antiga linha vinculada ao turismo e o PRONAF Turismo; e um crédito para pessoa física, que é o BB Crédito Turismo. Informa que o Banco do Brasil tem limite de crédito aprovado para o setor turismo de 1,7 bilhão, posição em abril. Hoje, juntando todas as empresas que são clientes do Banco do Brasil, só de micro e pequenas empresas, tem 1,2 milhão, e uma parte significativa delas de micro e pequeno, mas o limite de crédito todo aprovado para o setor no Banco do Brasil é de 1,7 milhão. Temos utilizado 582 milhões, ou seja, menos de um terço dos recursos. O saldo aplicado hoje é de 477 milhões cujo detalhamento de como estão distribuídos também está nesta apresentação. Boa parte dos recursos de capital e giro, e uma parte significativa na linha PROGER está em parceria com o Ministério do Trabalho. Essa já tem tanto as operações efetivamente do PROGER Turismo, mas também as operações do PROGER Tradicional que foram feitas com empresas da área de turismo, chegando a 54 milhões de reais. A antecipação de cartão Visa de 45 milhões de reais e não só a linha nova, mas também o que as operações que tinham sido feitas anteriormente na linha tradicional do BB sem os benefícios também. O que temos feito para alcançar principalmente as micro e pequenas empresas? No início deste Governo, criamos uma área específica para tratar micro e pequenas empresas no Banco do Brasil. Recentemente, elevamos essa área à condição de diretoria. Então, hoje, o Banco do Brasil tem uma diretoria de micro e pequena empresa focada em empresas com faturamento até 5 milhões de reais. Então, para as operações de valor até 25 mil reais, nós retiramos toda a necessidade de projeto, não há necessidade de elaborar projeto, não há necessidade de assinatura de contador, não há necessidade de registro cartorário. Temos operações que foram deferidas em 48 horas de clientes do banco que já tinham o seu limite de crédito estabelecido, chegaram com a proposta de algum investimento e tiveram essas operações deferidas no âmbito do PROGER. Descentralizamos as análises de crédito das operações até 500 mil reais para trabalhar com um degrau acima e atender mais rapidamente um outro segmento de empresas. Fizemos isso tudo, divulgamos e temos linha, então, por que não estamos utilizando todo esse limite? Essa foi uma grande questão que a Secretária Maria Luisa nos trouxe na reunião do dia 17 de maio. Já tínhamos tido uma outra reunião com o SEBRAE e já estamos de posse das informações que recebemos dos senhores na Câmara Temática de Financiamento em Investimento. Nessa reunião do dia 17 de maio nós reunimos junto com o Ministério do Turismo as Diretorias que estariam envolvidas neste processo. Chamamos a nossa Diretoria de Agronegócios e também estavam presentes a nossa diretoria de crédito; a nossa diretoria que trata da rede de agências, a diretoria de distribuição; o nosso diretor de operações comerciais, de empresas com faturamento acima de 10 milhões; a nossa diretoria de micro e pequena empresa além da nossa diretoria de Governo. Nessa reunião ficou muito claro que existia um problema de origem muito sério de informação. Se você tem linhas disponíveis e tem 1,7 bilhão de limite de crédito aprovado, por que você tem utilização de menos de um terço? Isso não estava fazendo muito sentido. Então, nós tomamos a decisão, nesta reunião, de inverter a mão. Solicitamos ao Ministério, que se prontificou a encaminhar a solicitação aos senhores e a cada uma das suas associações, que pudéssemos ter acesso às listas de todos os seus associados. A informação que eu recebi é que teremos em mãos esta relação hoje. De posse dessa informação, neste mês de junho nós vamos cruzar essas informações com o nosso cadastro, vamos verificar aqueles clientes que têm alguma restrição cadastral, aqueles que já são clientes do banco e aqueles que não são, qual o nível do limite de crédito e quanto dele está consumido. Vamos mandar todas essas informações para a gerente de contas de cada um desses clientes e, aqueles que não são correntistas do Banco do Brasil ainda, pelo seu endereço, serão encaminhados ao gerente de contas mais próximo da sua localidade. Neste pacote que estaremos encaminhando ao nosso Gerente de Contas, estarão as linhas específicas do turismo além das outras que poderiam ser oferecidas e, sinceramente, a nossa expectativa é de que na próxima reunião do Conselho Nacional do Turismo tenhamos números muito interessantes para mostrar. Para isso, contamos com o apoio da divulgação também por parte das associações as quais os senhores representam. Continua e informa o lançamento do BB Crediário que estará disponível em poucos dias, vai funcionar para todos os Senhores e haverá um crédito disponível para o lojista para fazer o seu crediário. Estamos trabalhando também com duas grandes campanhas: “O Brasil é o melhor lugar do mundo para se conhecer” e também para as Olimpíadas - “Viva Brasil”. Finaliza informando que os números do Banco do Brasil não são pequenos – 470 milhões são consideráveis. Isso é o saldo aplicado hoje, é isso que o Banco do

Brasil tem em exposição. Informa ainda que essas ações estarão em consecução já neste mês de junho e, no segundo semestre, teremos resultados bem interessantes para mostrar. O Sr. Presidente da Mesa informa antes de abrir o debate vai ouvir todos os bancos e sugere a todos os bancos, aproveitando a última parte da apresentação do BB sobre a divulgação, a utilização das revistas e jornais especializados na área de turismo para a disseminação das informações sobre financiamentos. Passa a palavra ao Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, que a está representando. O Sr. Fábio Lenza (Caixa Econômica Federal) cumprimenta a todos e inicia a apresentação informando que a atuação e a estratégia da Caixa para o setor de turismo são completas, abrangendo as empresas do setor – hotéis, pousadas, restaurantes, agências de viagem, as operadoras, os empreendedores autônomos, cooperativas e associações. Informa que vai focar a apresentação no que é possível ser feito daqui para frente. Informa que a Caixa tem o orçamento definido de 400 milhões entre recursos da Caixa, do FAT e de outros repasses para o ano, mas, principalmente, quanto aos recursos da Caixa, não temos problemas para alocar mais recursos, se for preciso. Para as empresas: as linhas de investimento que todos já conhecem com recursos do FAT, como agente financeiro do BNDES. Para capital de giro, temos recursos do PIS, do FAT e recursos próprios da Caixa. É importante ressaltar que com recursos para micro empresas e financiamento até 30 mil reais, TR mais 0,83% ao mês para capital de giro, um valor bem acessível. São linhas já conhecidas. Ainda para as empresas, temos o PROGER Turismo. Tivemos uma dificuldade operacional com sistemas em lançar esse produto, mas ele já está disponível tanto para capital de giro quanto para investimento. Na linha de antecipação de recebíveis: antecipação de fatura do cartão de crédito. Informa que na última reunião do Conselho, em janeiro, eu anunciou esta linha. A Caixa é o único banco a fazer antecipação do cartão Mastercard. Quem faz, além da Caixa, é a própria Redecard. A Caixa está disponibilizando uma taxa muito acessível em comparação a outros produtos semelhantes. Nós estamos melhorando nosso sistema de análise de aprovação, vamos aprovar 100% dos recebíveis, inclusive para empresas novas. Em outros recebíveis já temos produtos de antecipação de fatura, de antecipação de cheque, em que as taxas variam dentro desta banda. Na linha dos empreendedores autônomos, ano passado, foi pedida esta linha e eu já havia anunciado antes a carta de crédito Caixa comercial. O setor de restaurantes tinha pedido aqui no Conselho uma linha para aquisição de ponto de restaurante e nós disponibilizamos a carta de crédito Caixa para imóvel comercial com prazo de 72 meses e uma taxa de TR mais 18%. Se comparado com as outras hipotecas que existem no mercado, é uma taxa bem inferior. No PROGER atuamos na linha para empreendedores autônomos e profissionais liberais. Continua anunciando uma novidade: o crédito aporte Caixa. É uma linha de crédito que lançamos neste último mês. Eu elenquei várias linhas para pessoas jurídicas: linhas para antecipação, linhas para capital de giro, linhas para investimento, mas, em várias situações, a pessoa jurídica, às vezes, já tem o imóvel hipotecado, já tem uma capacidade de pagamento comprometida e lançamos essa linha para o empreendedor pessoa física aportar recurso na pessoa jurídica ou para o empreendedor pessoa física desenvolver o seu próprio negócio com empreendedor pessoa física. É uma linha que pede como garantia um imóvel da pessoa física e 60 meses de prazo com TR mais 18%. É um capital de giro com prazo maior. Seria um giro longo, vamos dizer assim, para ser aportado. Capital de giro, geralmente, varia em torno de 25% ao ano. A TR é em torno de 2%. Então seria uma linha em torno de 20% ao ano, bem abaixo das linhas normais de capital de giro e com prazo muito maior – 60 meses. Lançamos essa linha direcionando-a para o setor de turismo. É importante firmarmos convênio com as entidades com essa taxa de TR mais 18%, porque a taxa de balcão é TR mais 23%, mas nos convênios com as entidades, como já foi dito pelo Ministro e pelo representante do Banco do Brasil, é importante firmarmos com as entidades, tanto para esta linha como para outras linhas, até para usarmos os meios de comunicação e divulgar melhor os produtos que estamos disponibilizando. Esse produto serve para outros setores, mas a estratégia da Caixa é direcioná-lo para o setor de turismo, tanto para empreendedor autônomo, como para o empreendedor pessoa jurídica, tirar no nome da pessoa física e aportar na pessoa jurídica. Para os turistas, temos as linhas normais de mercado, as operações consignadas, os CDC's para o turismo, o crédito pessoal de modo geral e lançamos nesta semana uma consignação para o aposentado. O aposentado é um público que cada dia mais usa o turismo. Essa linha não é específica para o turismo, mas é uma linha consignada para o aposentado, a uma taxa super acessível: até 1,75% ao mês. Os cartões de crédito da Caixa vocês já conhecem e estamos desenvolvendo um plano de férias financeiro diferente dos que existem no mercado. O papel do banco, como entendemos, é dar apoio financeiro, então, nós já discutimos com algumas entidades o plano de férias que será lançado em agosto, para começar a programação do



próximo verão, com sorteios e com crédito vinculado. Na parte de cartão de crédito o setor de turismo tem uma aderência muito grande, a utilização é muito grande. Nós trabalhamos com as duas bandeiras, tanto com a Mastercard, mais intensamente, quanto com o Visa, e temos chamado as bandeiras para fazermos grandes promoções de credenciamento, porque o plástico precisa ter onde usar. O setor de turismo é bem credenciado, mas existem também as barracas e os menores estabelecimentos a serem credenciados. Se conseguirmos disponibilizar um plano de férias que dê crédito através do cartão e credenciar o maior número de estabelecimentos, até o turista estrangeiro também trabalha com cartão, estaremos dando segurança ao turismo. Então, temos uma campanha que chamamos de “plastificação” que a estamos direcionando para o setor de turismo, tanto na concessão de mais cartão de crédito quanto no credenciamento do estabelecimento. Estamos discutindo com as bandeiras e com a Secretária Maria Luisa, na última reunião, a montagem de uma campanha específica com condições especiais de credenciamento para o setor de turismo. Na parte de cooperativas e associados, a estratégia da Caixa é atuar com artesanato e com os segmentos informais no programa de microfinanças da Caixa através dos grupos organizados; o programa que já está mais adiantado é o do artesanato. Temos todo o apoio em parceria com o SEBRAE. Junto com as cooperativas e associações de artesãos temos disponibilizado um microcrédito para esses segmentos, inclusive, temos disponibilizado todas as nossas agências para exposições de artesanato. Os brindes institucionais da Caixa do ano passado foram adquiridos também de artesanato ao invés de serem brindes tradicionais, incentivando, assim, o setor de artesanato que tem uma aderência muito grande com o setor de turismo. Estamos discutindo com a secretária Maria Luisa no programa Alimento Seguro e vamos entrar com o programa de microcrédito para os pequenos estabelecimentos, barracas de praia, suprindo o microcrédito para facilitar o equipamento desse setor. Apresenta linhas específicas da Caixa: Programa de revitalização de sítios históricos, monumentos e Programa de reabilitação urbana de áreas centrais degradadas. Ratifica a importância da participação do Ministério que possam desenhar produtos específicos e divulgar melhor, porque recurso tem, disposição da Caixa para atuar junto com o setor tem, como está demonstrado, mas falta nos aproximarmos mais do setor. Agradece. O Sr. Presidente da Mesa agradece e passa a palavra ao representante do BNDES, Castelo Branco. O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES) cumprimenta a todos e informa que sua apresentação vai se dividir entre as características da atuação do banco e apresentação de alguns números gerais do BNDES. Lembra que o banco está voltado para o financiamento ao investimento de longo prazo; ele não tem rede de agências, não é um banco comercial, não faz operação de curto prazo e, eventualmente, faz operação de capital de giro puro. Em geral, capital de giro está sempre associado ao investimento. Continua: “Em termos de evolução de números do BNDES, é esta que temos de 2000 até 2003. Volume de desembolsos que atingiu 37 bilhões e 34 bilhões de reais em 2002 e 2003. Ativo total dessa ordem de grandeza, um lucro líquido de 1 bilhão em 2003. O patrimônio líquido é da ordem de 13 bilhões e o número de operações caiu em 2001, tendo atingido 144 mil operações para 103 mil em 2003. Obviamente, não conseguimos fazer essas operações sozinhos. O banco funciona praticamente naquele prédio preto que apareceu no início, no Largo da Carioca, no centro do Rio de Janeiro. Ali se concentra toda a atividade de análise das operações do BNDES e nós devemos fazer em torno de mil operações por ano. As demais são realizadas pela rede de agentes financeiros, a única forma de fazermos esse volume de aplicações e esse volume de operações, atendendo todo o país, todos os setores e todos os postos de empresas. Desembolso por modalidade. A operação direta é a que está em amarelo. Em 2003 foram liberados 45% diretamente pelo banco e 55% foram pela rede de agentes financeiros. Então, o amarelo claro representa a operação que é o volume de recursos liberados pelos agentes financeiros, ou seja, recursos do BNDES que ele repassa aos agentes financeiros. O amarelo escuro representa a operação que o BNDES libera diretamente às empresas. Em termos de porte, vejam o crescimento das liberações de recursos para empresas de porte abaixo da grande – micro, pequenas e médias empresas. Média empresa tem faturamento de 60 milhões de reais. Acima disso é grande empresa. Fruto da atividade do banco de conversar e discutir com os agentes financeiros uma forma de operar a mais com micro, pequenas e médias empresas é que vem esse crescimento. O Sr. Presidente da Mesa pergunta, qual o limite para o banco emprestar direto. O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES) informa que mais adiante abordará esse tema. Continua a apresentação: “O banco divide o país em regiões incentivadas, onde ele concede um tratamento diferente das demais. A questão do valor das operações. O financiamento até 10 milhões de reais é tratado numa linha chamada BNDES automático. Eu não respondo por esta linha, é uma área do banco chamada área de operações indiretas que se relaciona diretamente com os agentes financeiros. São operações

padronizadas, com regras muito rígidas, porque é o único jeito de fazer volume e atender a todos com regras uniformes. Acima de 10 milhões de reais é o que chamamos de FINEM. Ele pode ser direto, quando é direto pelo banco, ou pode ser indireto, quando os agentes atuam também. Várias operações nós fazemos através de agente, mas a operação vem ao banco para decisão. A minha equipe participa da análise da operação. Fazemos uma nova análise do trabalho do agente. São as operações de maior risco. É bom lembrar que nós temos, quando fazemos operação indireta, o risco do agente financeiro, mas, caso o agente financeiro tenha problema, essas operações são passadas para nós. Na região incentivada, as empresas podem vir ao BNDES diretamente quando o financiamento é acima de 1 milhão de reais. O FINAME o valor é ilimitado e é sempre através dos agentes financeiros. O custo final da operação dentro do BNDES se compõe do custo de captação, que é TJLP ou cesta de moedas, e o *spread* que dividimos em *spread* básico e *spread* de risco. Esse *spread* varia com o porte da empresa, com a localização, se é região incentivada ou não, e o setor e a finalidade dentro daquelas que a Diretoria do BNDES estabeleceu como prioridade. Hoje o *spread* acima de TJLP ou cesta de moedas tem esse mínimo e máximo que está apresentado. O custo máximo de operação do banco hoje é TJLP ou cesta de moedas mais 4,5% para operações diretas com o banco. As operações indiretas têm esses mínimos e máximos mais a remuneração do agente financeiro. O agente financeiro tem uma negociação geral com o banco em termos de média de *spread* que ele deve praticar, mas ele tem uma certa liberdade para negociar as operações conforme o risco de cada empresa. Essa tela mostra o limite de participação de quanto o BNDES entra em cada operação. Se o investimento é 100%, nós vamos até quanto? Hoje, nas operações diretas, o básico é 50% e esse percentual é acrescido conforme controle de capital, porte, localização, setor e finalidade. O fluxo de operação dentro do banco. Numa operação BNDES automático, o BNDES tem muito pouca intervenção. Ela é toda processada no agente financeiro e o BNDES homologa a operação e libera os recursos para o agente financeiro. Isso é a princípio um processamento rápido dentro do banco. A maior parte do trabalho é todo do agente financeiro e o risco é dele. A operação FINEM, que é o financiamento que vem ao banco direto ou indireto, tem esta característica: a empresa formula uma consulta prévia, um pré-projeto, encaminha ao departamento de prioridade que é a porta de entrada do banco, então, temos uma análise de prioridades sobre o setor, sobre as políticas do banco e uma classificação de risco. O BNDES só faz operação direta com quem tenha classificação de risco de no mínimo B menos. Ele dá nota, vê todos os números da empresa, os balanços, e classifica cada empresa. Quem estiver abaixo de B menos não faz operação direta com o banco. Só pode fazer como? Ou via agente financeiro ou via fiança bancária, se for diretamente. De qualquer jeito, o BNDES não assume o risco da operação. Ela é apresentada ao comitê de crédito e fazemos a análise do projeto, que é a minha gerência a responsável pelas operações de turismo, *shopping* e a reunião de diretoria que é quem aprova a operação. Nosso processo é elaborar relatórios e propor a operação à diretoria. O fluxo de um FINEM indireto que é: vem ao banco mas passa pelo agente financeiro, entra no departamento de prioridade, o agente financeiro encaminha a proposta para lá, tem a análise operacional e da instituição financeira, aprova a diretoria, quem contrata é o agente financeiro. Nós liberamos os recursos e fazemos o acompanhamento junto com o agente financeiro. No caso da operação direta, ela é toda dentro do BNDES. O BNDES e o setor de turismo, o que temos feito? Essa é a evolução dos desembolsos do BNDES para o setor de turismo, direta e indiretamente.”. Apresenta um gráfico mais recente dividido por região do país. Continua:” Concentração na região Sudeste, é claro, onde a economia do país está concentrada; tivemos um crescimento significativo, uma participação da região Nordeste, onde o setor de turismo é forte, embora em 2003 tenha caído; e a região Sul teve o comportamento mais estável; a região Norte tem pouca participação e a Centro-Oeste também. Vou entrar na avaliação de como eu tenho visto, com base nos números, nas operações que temos nos envolvido. O que o BNDES tem no setor? Qual a carteira entre operações diretas e indiretas? O que tem risco BNDES? Em hotéis temos 171 milhões e aqui eu incluiria hotéis, bares, restaurantes que, na parte indireta, boa parte dos recursos sai para bares e restaurantes e parques. Esse é o total. Então, o total do risco no momento é da ordem de 490 milhões de reais em operações liberadas ao longo de vários períodos. Hoje temos, no risco BNDES, de 309 milhões, 176 milhões em recuperação de créditos. Em hotéis, temos 26% e, em parques, 98%. Recuperação de créditos são as empresas que estão com inadimplência há mais de 60 dias, ou seja, não estão pagando há mais de 60, diria até mais de 90 dias. Na média do banco, ela é de 6% a 8% hoje. Há o risco dos agentes também: dos 490 milhões, 180 milhões são através dos agentes, risco agente financeiro. Em 2003 e 2004, um quadro mais recente, processamos no BNDES basicamente operações que envolveram a área

operacional à qual eu me vinculo. Vinte e duas operações, nós aprovamos uma; duas estão em análise de projeto, uma em análise de prioridade. Negadas, retiradas e canceladas atingem 18. São operações sobre as quais a empresa não apresentou informações, não passou em classificação de risco, não reúne condições de tomar crédito do BNDES, principalmente pelo tipo de informações que ela tem, os números que ela apresenta, eventualmente um porte de investimento muito maior do que achamos que ela tem capacidade, garantias que ela oferece, coisas desse tipo. O panorama recente. Temos de dividir isso. A avaliação que fazemos é: por que os números são esses? Temos de olhar primeiro a demanda, esse é o aspecto mais significativo. Tivemos um crescimento dos fluxos do turismo interno e externo nos anos 90, mas há uma falta de crescimento da renda da população. É bom lembrar que o PIB de 1999 a 2003 cresceu 1,6% ao ano. Há uma queda do fluxo externo a partir de 2001, com uma retomada em 2004. A redução da atividade econômica, a crise Argentina, os atentados de 11 de setembro, a crise da aviação, tudo isso obviamente diminuiu a renda do setor. Do lado da oferta, tivemos mudanças estruturais significativas no setor, com entrada de cadeias internacionais - isso já há mais tempo -, melhoria da qualidade da oferta, um aumento da competição. Observamos que muitos dos investidores avaliaram negócios com atenção para investimento em imóvel, não para demanda hoteleira, e aí vemos o que aconteceu com *flats* nas principais capitais. Então, ninguém estava olhando a questão do setor hoteleiro, estava olhando o investimento em imóvel. A questão da legislação e a competição entre os *flats* e hotéis. Os operadores reduzindo investimento em imóveis. Eles querem operar hotel, mas querem reduzir os investimentos em imóveis, principalmente os operadores internacionais. Grandes projetos com envolvimento de grupos nacionais de construção civil, operadoras internacionais aconteceram no período anterior a 2001 e tiveram redução significativa a partir de setembro de 2001. Os hoteleiros nacionais têm uma oferta fragmentada no nível intermediário. Os maiores operadores concentram o segmento mais afetado pela crise que são os hotéis de classe superior. Os hoteleiros nacionais estão com a capacidade de investimento comprometido a curto prazo. Há uma necessidade de melhoria dos padrões de gestão e de controles econômico-financeiros. Se não tivermos isso é muito difícil fazer operação. Banco é crédito, é confiança, precisa ter números confiáveis, precisa ter uma gestão profissional. O Ministro mesmo falou muito nisso. Nós temos limitação em financiar empresas de controle estrangeiro. Temos de fazer um financiamento em moeda estrangeira. O setor turismo não está enquadrado entre aqueles excepcionalizados pelo Decreto-Lei nº 2.233, ao qual o Ministro está encaminhando uma proposta de alteração. Caso isso venha a ser aprovado, então, o BNDES poderá financiar esses grupos estrangeiros com TJLP. Enquanto isso é só cesta de moedas, o que faz com que eles não tenham interesse em tomar esse financiamento. Há uma percepção, e até pelos números de recuperação de crédito que eu apresentei aqui, de maior risco para os agentes financeiros com relação ao setor. Oportunidades existem, associações entre empresas, entre grupos de vários tipos e hotéis econômicos. Boa parte do que chega para nós é hotel de classe superior, como temos visto. Lembro também que o BNDES opera com uma rede de mais ou menos 170 agentes financeiros aqui – Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e BASA são agentes e os bancos privados também. Sem essa ação, nós não vamos conseguir aumentar esses financiamentos. Uma coisa que eu não comentei é que os prazos de financiamento, que antes eram mais rígidos, até 10 ou 12 anos, agora estão vinculados à capacidade de geração de recurso do projeto. Então, ele é analisado caso a caso, conforme o projeto. Obviamente estamos sempre preocupados em não ter prazos longos demais. Era isso o que eu tinha a apresentar. “. Agradece. O Sr. Presidente da Mesa passa a palavra ao Sr. Pedro Eugênio, Diretor do Banco do Nordeste. O Sr. Pedro Eugênio (Banco do Nordeste) cumprimenta a todos. Inicia sua apresentação informando que falará. Rapidamente, falaremos sobre a área de atuação do banco que não se limita ao Nordeste, mas também ao Norte de Minas e ao Norte do Espírito Santo. Aqui há dados do banco: o ativo total é de 25 bilhões. Chamamos a atenção para as aplicações totais de cerca de 16 bilhões. Vamos focar nas informações das linhas de crédito que temos e, no que diz respeito ao FNE, que é o principal fundo que temos para emprestar ao setor, temos um programa especificamente voltado para o turismo chamado PROATUR, cujas características passamos então a apresentar. Para a construção, ampliação, reforma, aquisição de veículos, aquisição de meios de transportes, móveis, utensílios, capacitação de mão-de-obra, capital de giro associado. O público-alvo dessa linha de financiamento são as empresas cadastradas como turísticas, as de hospedagem, áreas de *camping*, operadoras turísticas, serviço de alimentação, parques, empreendimentos de diversas atividades ligadas direta ou indiretamente ao setor turístico. O percentual de financiamento máximo que nós podemos ofertar depende do tamanho e do faturamento da empresa. Pequenas e microempresas, 90%; médias

empresas, 80%; e grandes empresas, 70%. O capital de giro máximo é de 20% do investimento fixo financiado pelo banco dentro de cada projeto. As taxas de juros: para microempresas, 8,75% ao ano; 10% para as pequenas empresas; 12% para as médias; e 14% para as grandes empresas. Portanto, é uma taxa fixa, não há variação como a TJLP. Essa é a taxa anual. O máximo de 12 anos de prazo, incluindo, dentro desses 12 anos, 4 anos de carência. Essas taxas sofrem um rebate de 15% se o empreendimento for fora do semi-árido e de 25% se for dentro do semi-árido, um bônus de adimplência para os pagadores e aqueles que não atrasam os pagamentos do banco. As garantias são as normais: hipoteca, alienação fiduciária dos bens financiados, penhor dos bens pré-existentes, fiança ou aval e a fonte deste programa é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. Basicamente essa é a linha que temos para financiamento. Também repassamos para o banco recursos do FAT e do BNDES. O PRODETUR 1 financiou praticamente 400 milhões de dólares. Este é o elenco de financiamentos que foram feitos: 108 milhões de dólares para portos, por exemplo, no total daqueles 400 milhões. Temos como etapa fundamental para podermos financiar aos estados a necessidade de aprovar os planos de desenvolvimento sustentável, os PDITS. Hoje temos aprovado por um grupo de trabalho conjunto – BNB e Ministério do Turismo - o pólo de Costa de Descobrimento, na Bahia; Costa dos Coqueirais, em Sergipe; Costa das Dunas, no Rio Grande do Norte. Já foram analisados e retornados aos estados para que façam ajustes nesses pólos para que eles possam ser definitivamente aprovados: Salvador, Entorno e Litoral Sul da Bahia; Costa de Arrecifes, em Pernambuco; Costa do Delta, no Piauí; Costa dos Corais, em Alagoas; e Costa do Sol, no Ceará. Os PDITS estão sendo revistos pelos estados a partir de recomendações dos grupos de trabalho. Dentro do banco em análise: Costa das Baleias e Chapada Diamantina. Em elaboração pelos estados ou não foram entregues ainda: Paraíba, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo. Rio Grande do Norte contratou 21 milhões, mas não recebemos ainda nenhum projeto. O processo de entrega dos projetos para que seja aprovado e licitado não está concluído. Bahia e Sergipe estão em processo junto à Secretaria do Tesouro Nacional para obter autorização. Nós temos como meta de contratação para 2004 127 milhões do PRODETUR 2. Quero chamar a atenção porque hoje a bola está muito mais com os estados do que propriamente com o Banco do Nordeste ou com o Ministério do Turismo. Estou preocupado, Sr. Ministro, porque nós já começamos a receber jornalistas querendo nos entrevistar dizendo que a burocracia do banco não está aprovando o PRODETUR. Isso começa a surgir novamente. É importante que tenhamos o entendimento de que esse foi um programa que tinha um contrato complexo. Nós flexibilizamos cláusulas contratuais. Foi um trabalho conjunto e ao mesmo tempo penoso do Ministério do Turismo e do Banco do Nordeste. Levamos um ano para flexibilizarmos o programa junto ao BID. O plano diretor era uma exigência generalizada para todos os municípios que tinham investimento. Modificamos muito as exigências que estavam anteriormente colocadas para o ajuste fiscal dos municípios. Reduzimos a porcentagem de projetos que estavam prontos para licitação, que era 100% para um contrato poder ser feito e caiu para 30%. E os itens financiáveis dos PDITS podem ser aprovados independente do PDIT como em todo está totalmente aprovado. Esse tipo de modificação foi muito importante e facilitou, mas existem as outras. É um contrato de empréstimo, não é um recurso a ser transferido aos estados para fazerem obras de acordo com os seus planos estaduais. Há toda uma metodologia e não há como serem aprovados os projetos sem que sejam passados por esta metodologia. Por exemplo, acima de 5 milhões de dólares, um projeto de obra tem de ser concorrência internacional. Se um estado entrega uma concorrência feita, pronta, que não passou por esse roteiro, essa licitação não poderá ser aceita pelo Banco do Nordeste. O Ministério do Turismo nos acompanha e o BID também não aceita. Agora vamos aos dados. Até abril de 2004, o Banco do Nordeste emprestou ao setor de turismo cerca 549 milhões, representando cerca de 28 mil operações. Isso é repasse de FNE. Dentro do PRODETUR, temos 741 milhões e 52 contratos de financiamento de investimento. Nós temos agora os dados sobre a contratação do setor turístico sem o PRODETUR, só o FNE de 2003 e 2004 até abril. Em 2002, nós financiamos cerca de 23 milhões e 784 projetos. Em 2003, já na nova administração, financiamos quase 2 mil projetos no valor total de 64 milhões. É um pouco diferente do que a Maria Luisa se referiu de mais de 70 milhões. Sempre há uma faixa, quando se faz a classificação do que é turismo e do que não é, isso varia um pouco, mas essa é a ordem de grandeza. Até abril temos um resultado muito pífio, mas não é representativo do que nós vamos realizar em 2004. Temos 941 operações, mas na sua grande parte foram operações para o artesanato de pequeno porte, com um valor médio muito pequeno, um financiamento apenas de 6 milhões. Entretanto, temos a contratar, em 2004, os principais projetos acima de 5 milhões, temos 37 projetos no valor total financiável de 368 milhões. Estamos com a perspectiva de em 2004 contratar um valor muito

superior ao valor de 2003. Essa perspectiva continua porque a maioria desses projetos está em avançado processo de análise e será financiado. As contratações em 2004, referente a esse potencial a contratar, estão distribuídas nos estados da forma como estão aí apresentadas. Há uma concentração muito grande na Bahia e no Rio Grande do Norte, como vocês podem ver. Chamo a atenção para alguns pontos que considero importantes. Não temos um plano estratégico de desenvolvimento turístico para o Nordeste. O Ministério está em um processo avançado de contratação de um estudo de demanda. Este é o instrumento fundamental: sairmos do 'achismo' ou de informações setorializadas ou de sub-regiões e termos elementos mais sólidos que digam respeito à demanda e a potencial demanda do fluxo turístico nas diversas regiões. Mas isso é apenas um insumo de um plano estratégico de desenvolvimento turístico que o Ministério do Turismo vem aprofundando e avançando. Nós nos ressentimos da ausência de roteiros prioritários, portanto, a construção desses roteiros e a priorização deles são fundamentais". Agradece. **O Sr. Presidente da Mesa** parabeniza pela apresentação e passa a palavra ao BASA, representado pelo Sr. João Batista. **O Sr. João Batista (BASA)** cumprimenta a todos e inicia sua apresentação. "Sr. Ministro, senhores membros do Conselho, o Banco da Amazônia tem uma atividade financiada que está relacionada da seguinte maneira: o ecoturismo, o turismo convencional, o turismo rural, o artesanato e outras atividades correlatas. Essa definição ampla engloba todas as oportunidades de negociar na área do turismo. Se eventualmente alguma definição não estiver mais clara, posso garantir aos senhores que o Banco da Amazônia não tem excluído nenhuma das oportunidades de negociar nesta área. O Banco da Amazônia, no ano de 2002, tinha uma aplicação da ordem de 9 milhões de reais. Em 2003, este valor se situou em torno de 5,7 milhões. Mas no ano de 2004, já nesses primeiros quatro meses, o banco já contratou quase 18 milhões de reais. Estamos hoje finalizando análise de projetos que podem chegar a 21 milhões de reais no primeiro semestre. Esse desempenho e esse crescimento rápido do Banco da Amazônia na aplicação com certeza já têm muito do esforço do Ministério do Turismo. Tem sido constante a presença da sua equipe técnica. E também um trabalho muito interessante do Fórum de Turismo dos Estados. Registro a recente visita da equipe do Ministério do Turismo no Pará acompanhando um grande empresarial com a perspectiva de um investimento de 35 milhões, com apoio também do Governo do Estado do Pará que pode fazer com que neste ano possamos ter um crescimento muito acentuado das aplicações. Nas aplicações do valor aplicado acumulado nos estados, o estado do Pará está com o valor de 8,844 milhões e o total estaria situado em 47,9 milhões. Essa é a programação que o Banco da Amazônia tem em seu planejamento para aplicação de recursos, o que daria 94 milhões de reais, que é compatível com aquilo que tem sido o histórico de aplicação do banco. Todavia, em nenhuma hipótese, se tivermos outras oportunidades de investimento na região, nós priorizaremos o recurso na área da aplicação do turismo. Vivemos hoje uma situação inusitada na Amazônia, porque os recursos do FNO que representam a fonte estável que nós temos com aplicação nas atividades de fomento se mostram bastante suficientes ante a demanda que temos internalizado. Alguns estados como o Pará, Rondônia e Tocantins já internalizam só nos três primeiros meses do ano mais projetos do que toda a programação que se tinha planejado para aplicar nesses estados. Estamos fazendo uma redefinição dessa programação de aplicação. Desses 92 milhões de reais, no ano passado tivemos o aporte do Fundo Constitucional de 596 milhões e tivemos uma aplicação global de crédito de fomento de 1,95 bilhão de reais. Aplicamos não só uma recuperação de 400 milhões e raspamos aquilo que nós encontramos dentro do Banco da Amazônia de 200 milhões de reais. Este ano teremos de mobilizar mais recursos do BNDES e provavelmente do FAT para que possamos dar sustentação a essas oportunidades negociáveis. Registro também como fatos importantíssimos na questão de dificuldade que temos encontrado no banco a deficiência dos projetos elaborados que chegam ao Banco da Amazônia com insuficiência de dados, principalmente dados de mercado, uma estrutura também desbalanceada da oferta das unidades hoteleiras. Em algumas regiões, a própria classe empresarial chega ao Banco da Amazônia pedindo que nós não financiemos mais hotéis em função da estrutura já instalada e a baixa taxa de ocupação enquanto outras regiões são evidentemente bastante carentes, e contraditoriamente sem uma demanda clara por recursos para investimento no local. Era isso que eu gostaria de registrar com a presença do Banco da Amazônia." **O Sr. Presidente da Mesa** agradece e passa a palavra aos empresários, comentando que as circunstâncias: "há uma oferta de crédito e parece que a demanda não é tão grande assim. Vamos ver se ela é, se ela está escondida e qual a dificuldade para que ela cresça ou para que ela se materialize.". Passa a palavra ao Sr. Alain Baldacci. **O Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** comenta que a palavra-chave utilizada na apresentação do Ministro é o diálogo. Comenta que há



um abismo entre o que os bancos dizem e o que os empresários dizem que só com diálogo se resolverá. Informa que a Câmara de Financiamento e Investimento do Conselho não foi avisada da reunião com os bancos e comenta que foi criado um Comitê Executivo da Câmara justamente para levar ao Ministério e ao Ministro as dificuldades que o empresariado vem encontrando junto aos bancos. Informa que é Relator da Câmara que fica um pouco constrangido de não ter sido informado de várias ações que estão acontecendo. Continua dizendo que o pedido feito pelo Banco do Brasil da lista de associados recebida pelas entidades por *e-mail* diretamente aos conselheiros poderia ter sido encaminhado via Câmara de Legislação, porque estão tratando exatamente deste assunto. Continua: “Ou a Câmara se integra no sistema do Ministério ou não há necessidade de fazermos o esforço de irmos aqui e investirmos tempo e recursos para não sermos ouvidos nessas situações. Também como relator, temos feito várias reuniões do comitê executivo na tentativa de apresentar as dificuldades do porquê de ter tantos recursos disponíveis e a demanda não está sendo atendida, ou será que tem demanda ou não? De maneira geral, o que temos visto é que falta no sistema nacional do Governo Federal, nos seus bancos, uma política muito mais forte de prioridade ao turismo. Isso está evidenciado. Somos favoráveis a que haja uma política nesses bancos que privilegie o turismo em relação a outras atividades. Temos grandes problemas de ajustar as linhas existentes às características de cada setor. Continua: “O senhor pediu também na sua intervenção que lhe fosse mostrado sempre que existisse uma situação de alguma atividade que não estivesse sendo atendida pelos bancos. Temos aqui hoje três problemas que ocorreram, que servem somente de exemplo, não quer dizer que o sistema não esteja funcionando, mas eventualmente está ocorrendo. A ABLA - Associação Brasileira de Locadora de Automóveis - mandou ao BNDES um pedido específico do setor com todos os seus condicionantes e houve uma promessa do BNDES de chamar a ABLA para uma conversa e discutir este assunto. Pelas palavras do Faustino a ABLA não foi convocada e recebeu uma resposta totalmente negativa, a qual vou encaminhar, que é o problema novamente de política, de prioridade. Se há um segmento como a ABLA que precisa de financiamento e ela apresenta algumas propostas, pelo menos temos de chegar a um meio termo. Simplesmente negar não estará ajudando o turismo a chegar às metas que todos desejamos. No Banco do Brasil, parece que as linhas existem, mas alguns dos casos que detectamos tanto na ABLA quanto na UBRAFE foram de alguns elementos que foram aos bancos e os gerentes não sabiam da linha, principalmente do desconto de cheque. Continua: “Também temos uma sugestão que já foi dada várias vezes mas eu quero registrá-la novamente em Ata. Talvez um dos grandes problemas do setor seja que alguns projetos não tenham estudos de viabilidades adequados. Alguns estudos de viabilidade, dependendo do empreendimento, são caros. Deveríamos criar uma linha de financiamento para estudos de viabilidade, o que facilitaria o trabalho de análise das instituições financeiras. O Governo Federal tem um instituto chamado FINEP que hoje financia estudos de pesquisas da área tecnológica. Se o turismo fosse incluído no FINEP, poderíamos ter um grande avanço na diminuição do risco inclusive dos bancos na aprovação do crédito. Vimos também que o maior problema, especialmente em relação ao BNDES, é o interesse do agente financeiro. Não podemos fazer nada contra isso. Por exemplo, o senhor vai ao Bradesco, há uma linha do BNDES de até 10 milhões de reais, mas o senhor precisa de 6 milhões de reais. Primeiro, se o senhor não for cliente, o Bradesco não lhe atende; e se o senhor for cliente, ele vai estudar sua posição e sua reciprocidade. E ele não tem interesse – isso já foi dito por vários gerentes e vários bancos e podemos pegar esse testemunho – em repassar e assumir o risco todo da operação para um *spread* mínimo de 1% ou 2%. Uma sugestão que nós tivemos em várias reuniões dos empresários dentro da Câmara é que o Ministério, dentro de uma política nacional de turismo, eleja o Banco do Brasil e a Caixa Econômica como agentes prioritários do turismo nas linhas do BNDES e que essa flexibilização de reciprocidade seja muito simplificada, porque é quase impossível tirar dinheiro do Bradesco e do Unibanco através disso, porque eles ficam com risco e têm muito pouco lucro nessa operação”. Continua e que, dentro da política do Ministério do Turismo, em vista da realidade nacional, o Sudeste seja equiparado ao Nordeste na obtenção das linhas de financiamento e seja também considerado uma área prioritária. Continua: “Quanto ao BNDES, isso é um embate que temos tido, principalmente na área de parques temáticos. Realmente eu queria entender melhor esta taxa de inadimplência de 98% dos parques, mas o mais importante não é olhar para trás, é olhar para frente. O que passou deve servir de experiência para que o banco possa novamente operar com esse tipo de atividade, ver quais foram os erros e tentar corrigi-los. Simplesmente caracterizar uma atividade de risco e parar com o financiamento vai comprometer o nosso desenvolvimento. As políticas devem ser mais flexíveis e também essa parte dos estudos de viabilidade devem ser melhor analisadas. Recentemente

tentamos fazer com que o *Hopi Hari* repactuasse a dívida dele com o ingresso de um grupo americano que assumiria as operações, porém, infelizmente não foi possível. O grupo americano, pelo que eu sei, desistiu da operação e a situação vai ficar cada vez mais grave no maior parque temático brasileiro. Seria interessante se ainda pudéssemos resgatar essa possibilidade. Quero lembrar que o BNDES anunciou que terminou a linha do turismo este ano, que ele tinha uma linha específica. O que foi dito pelo Castelo Branco do BNDES a nós na Câmara é que isso não tem mais importância, porque todos os setores da economia recebem o mesmo tratamento e não haveria porque fazer uma especialização no turismo. Gostaria novamente de reforçar a necessidade de que, se existe a Câmara, devemos apoiá-la e integrá-la o máximo possível. **O Sr. Presidente da Mesa** diz que a Câmara é parte do Conselho. Portanto, o papel da Câmara hoje aqui no Conselho é colocar a questão. Informa que a reunião que houve entre o Ministério e os bancos foi dentro da área do Governo. Comenta que o turismo não existe no BNDES. Em que pese a boa vontade do Sr. Castelo Branco, esse setor foi desconsiderado. Continua: “ Foi isso que eu falei ontem para o Presidente, tanto é que ele me pediu: “Traga os projetos para a minha mesa que eu vou resolvê-los”. Nós estamos tendo uma demonstração de que, com as dificuldades que o banco tem, no caso específico do BNDES, se um banco de grandes operações em que os agentes que são os bancos da rede privada não têm interesse mesmo - e não têm, sobretudo em fazer negócios menores -, o setor de turismo está carimbado como inadimplente e inconseqüente. Aqueles trinta e poucos milhões da inadimplência dos hotéis, um único caso é de 25 milhões; a somatória dos outros é de 5 milhões. Tirar dinheiro de hotel do BNDES não é fácil. Tirar dinheiro de parque temático, desistam! Só que o BNDES não é um fim em si mesmo. Ele existe para atender às necessidades do Governo Federal e não do banco em si. Mas é preciso seguir regras, seguir os números do Conselho Monetário Nacional, há um conselho de administração e o Presidente Lula criou o Ministério do Turismo para ser um fator de crescimento, de desenvolvimento, de geração de renda e emprego. Se não tiver investimento, não há razão para ter o Ministério. Mas não conseguiremos atingir as metas do plano se não houver o crédito. O Brasil já tem uma restrição brutal com crédito. Enquanto países equivalentes a nós têm 80%, 90% ou até 100% do seu PIB em crédito, o Brasil, quando tem muito boa performance, consegue emprestar 25% do PIB e aí de nós se não fosse o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa, o BASA e o BNB, porque o pessoal sentou em cima dos títulos públicos e esses balanços estão explodindo de riqueza, mas não na atividade do negócio e, sim, apenas no papel. Esta reunião de hoje é para sairmos para briga para resolver o problema. Pelos dados que o Castelo Branco apresentou, estamos no pior momento da história do turismo do BNDES. Estamos num ótimo momento do turismo no BNB e num momento de expectativa na Caixa e no Banco do Brasil, porque o BNDES já emprestou mais de 200 milhões por ano e ano passado emprestou 77 milhões e agora tem 1 projeto. Não é possível que os 22 projetos sejam de pessoas incompetentes, sem cadastro, sem crédito. Se forem, nós estamos no pior dos dois mundos. Com o aprofundamento desta discussão de hoje, já que isso vai render, pois vou fazer um relato pessoal ao Presidente amanhã, vou falar publicamente para todos os ministros verem esse dado, temos de pensar em rever as metas ou rever as prioridades dos bancos, porque o turismo não é prioridade. Eu estou saindo daqui decepcionado porque turismo não é prioridade do sistema público financeiro. “. **A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do MTur)** informa que a Câmara de Financiamento e Investimento é Coordenada por ela e tem como Coordenador Executivo o Sr. Frederico Costa - Diretor DFPIT/MTur e que eles estão o trabalho que está sendo desenvolvido na Câmara, porque não adianta fazer propostas sem base. Informa ainda que terão um momento de fazer balanço das câmaras, e que este não estava previsto para hoje. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** passa a palavra ao Sr. Martinho Moura. **O Sr. Martinho Moura (ANTTUR)** Informa que os transportadores estão confiantes no trabalho do Ministério com a interiorização do turismo, o trabalho particular da EMBRATUR. Continua e informa que é necessário renovar e aumentar as nossas frotas. Hoje a maioria das compras de veículos novos é feita através do FINAME, do BNDES. Dependendo do tamanho da empresa, é financiado 80% do bem ou 90% do bem. Comenta que nos últimos 6 meses tiveram muita dificuldade para ter as operações aprovadas. Algumas empresas, inclusive, ficaram inadimplentes com os fornecedores, com os encarregadores e montadores porque compraram os veículos e houve uma demora muito grande na liberação do recurso para pagar esses veículos aos fornecedores. Comenta os limitadores do PROGER: “Pelo que eu entendi, a transportadora teria de ter um faturamento anual de no máximo 5 milhões. Isso limita muito e só seria financiado 80% do valor do bem a um limite de 400 milhões por empresa. Um ônibus de turismo hoje custa em média de 360 mil a 400 mil reais e um microônibus, entre 180 mil a 200 mil reais. Então, uma

transportadora só poderia financiar um único veículo e, se for uma transportadora com faturamento superior a 400 mil reais por mês, ela não seria privilegiada por esse tipo de financiamento. Não temos conhecimento mais detalhado sobre a Caixa Econômica”. Continua e sugere: “como presidente da entidade, farei contato com os bancos e vou procurar novamente o amigo Castelo Branco, com quem já fiz um contato por telefone há muito tempo, o Banco do Brasil e a Caixa para ver de perto a realidade da possibilidade. Também farei uma análise e comunicarei ao Ministério se o que realmente os bancos oficiais têm a oferecer atendem a necessidade do transportador de turismo.” Informa que a categoria precisa de financiamento de 100% do veículo e que não haja uma limitação do faturamento da empresa e com um prazo de carência também maior. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** passa a palavra ao Sr. Roland Bonadona. **O Sr. Roland Bonadona FOHB)** inicia informando que a é que os juros praticados para os empreendimentos que representa são altos demais para viabilizarmos operações com esses financiamentos. Informa que os financiamentos que existem lá fora, através do Banco de Desenvolvimento, são abaixo da taxa de rentabilidade do investimento, o que permite alavancar a operação. Aqui é o contrário: é muito acima. Um empreendimento hoteleiro hoje se dá uma rentabilidade de 10% ou 11% sobre investimento, é bom; se for um financiamento a 15%, sufoca. E se há inadimplência, não é porque os operadores são ruins, mas porque realmente as taxas de juros são muito altas. Fala sobre a garantia: “A garantia lá fora é o próprio empreendimento: se ele é bom, se tem um bom operador, se ele é viável, ele é a própria garantia do financiamento. Aqui, não, é preciso ter garantias adicionais, muitas vezes, com o BNDES que fazem com que você tenha de ter o dinheiro para poder fazer o empréstimo. Isso também contribui e torna complicado não para uma grande rede hoteleira, mas para um investidor que vem com projetos mas não tem necessariamente as garantias adicionais. Esse é o segundo complicador, sem falar do prazo que também é curto para o nosso tipo de negócio. Esse realmente para mim é problema do financiamento”. Fala sobre a demora: “Se os empreendimentos hoteleiros têm dificuldade de atingir uma rentabilidade maior é porque a operação hoje não tem uma rentabilidade suficiente, a demanda é insuficiente. Se considerarmos as taxas de ocupação dos nossos hotéis o ano passado, os *resorts*, por exemplo, foi abaixo de 50%, da ordem de 45%, se considerarmos a Associação Brasileira dos *Resorts*. Não é uma taxa de ocupação, é uma taxa de ociosidade, na verdade. Isso não vai permitir rentabilizar financiamentos, tanto antes do que no futuro se não conseguirmos fazer três coisas importantes. Em primeiro lugar, alavancar a demanda”. Fala sobre o alto custo do transporte. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** passa a palavra ao Sr. Tasso Gadzanis. **O Sr. Tasso Gadzanis (ABAV)** Informa que quando recebeu a informação do Secretário de Políticas de Turismo, imediatamente passou aos três mil associados, no dia 20 de abril. Continua e comenta que informou aos associados conforme foi orientado pelo MTur e que dois dias depois, recebeu uma correspondência de um agente de viagem da Bahia informando que procurou informações com três gerentes do Banco do Brasil e ninguém sabia do assunto. Continua: “O agente de viagem, que é o menor nessa cadeia – hotelaria, transporte e aviários –, nunca conseguirá chegar perto porque o que os bancos pedem é impossível. Não temos garantias a dar porque o agente de viagem não tem bens. Normalmente o escritório é alugado. Se eles receberem de novo do Ministério uma comunicação, se eles forem ao banco e o banco disser que não sabe de nada, será ruim”. Pede a Sra. Maria Luisa que o coloque na fila para falar com a Caixa. **A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do MTur)** responde que não precisa fila. É só agendarem. Informa que ao Sr. Tasso que chamou todos para fazerem um convênio que estruturaria a relação. Fariam um convênio guarda-chuva, um convênio menor regional e vamos estruturando com a pessoa certa até chegar dentro da agência. Isso cria um esclarecimento e uma mobilização através dos meios de comunicação de vocês e da comunicação interna dos bancos. **O Sr. Dárcio Bertocco (UBRAFE)** critica o Relatório Trimestral do MTur, pois o turismo de negócio não aparece em nenhum. Informa que os bancos não sabem quem são, não há uma linha para o setor e que não tem como operar nos grandes centros. O setor não tem nenhum tipo de apoio e só estamos perdendo com isso. **O Sr. Presidente da Mesa** Informa que na apresentação do Sr. Eduardo Sanovicz, ele falou dos eventos que foram captados para o Brasil. A Sra. Maria Luisa, na apresentação dela, não cita individualmente, mas fala que estamos apoiando centros de feiras e eventos: 2 milhões para Petrolina, 1,5 milhão para Caxias do Sul, 1,4 milhão para Foz do Iguaçu, 1,5 milhão para Minas Gerais, 1,5 milhão para Campo Grande, tudo isso é para eventos e negócios com recursos do orçamento do Tesouro pagos pelo Ministério do Turismo este ano. Informa que vai mandar levantar nos últimos dez anos o que o Ministério do Turismo, seja do esporte, seja da indústria e

comércio, pelo menos na década de 90, financiou o setor. Solicita manifestação dos bancos sobre o assunto. **A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do MTur)** informa que já há uma proposta na Câmara de Financiamento e Investimentos para formatar uma linha de financiamento para o setor. **O Sr. Dárcio Bertocco (UBRAFE)** informa que são duas coisas diferentes. **O Sr. Presidente da Mesa** não entende a natureza da questão. **O Sr. Dárcio Bertocco (UBRAFE)** informa que o equipamento por si só, sem a promoção, é inócuo. **O Sr. Presidente da Mesa** questiona se promoção tem de ser feita pelo Ministério ou pelo setor. **O Sr. Dárcio Bertocco (UBRAFE)** responde que pelo setor, mas que não tem financiamento para promoção. **O Sr. Presidente da Mesa** pergunta o que pode fazer e o que os bancos podem fazer para ajudar o setor. **O Sr. Dárcio Bertocco (UBRAFE)** Responde: "Eu vou explicar bem na prática. O Ministério investiu em equipamentos. O que eu chamo de promoção é organização da feira e do evento. Para o senhor organizar hoje uma feira ou um evento que ocorrerá em 2009, o senhor tem que começar a trabalhar hoje, como o Rio está trabalhando para organizar o pan-americano hoje. Ele começa a gastar hoje para poder arrecadar quando o evento for realizado. E o banco não nos apóia nisso, Ministro. Todos os contatos que fizemos, os bancos não entendem que o nosso contrato de evento é uma garantia. Hoje a UNCTAD está existindo porque teve um trabalho do Eduardo e de várias pessoas há quatro ou cinco anos atrás. Hoje, na próxima semana, no próximo mês é que o evento dará o retorno, só que o investimento tem de começar há cinco anos atrás". **O Sr. Presidente da Mesa** pergunta se a linha já tinha sido solicitado à rede bancária. **O Sr. Dárcio Bertocco (UBRAFE)** informa que já esteve Caixa Econômica, que recebeu um correspondência do setor, e no BNDES por duas vezes. **O Sr. Presidente da Mesa** comenta que no BNDES é mais difícil porque ele não financia capital de giro. **O Sr. Dárcio Bertocco (UBRAFE)** informa que não é um capital de giro que ele está financiando. Ele está financiando um projeto, um evento. Isso é investimento, não é capital de giro. **O Sr. Presidente da Mesa** pergunta ao BNDES se eles tem essa linha. **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde que não. **O Sr. Presidente da Mesa** informa que a Caixa Econômica que tem. Comenta que temos de sair daqui com o entendimento do assunto e passa a palavra ao Sr. Fábio Lenza. **O Sr. Fábio Lenza (CAIXA)** informa que realmente essa é uma área nova para os bancos, não é um crédito tradicional como nas empresas, como os bancos estão acostumados a fazer. Continua "Nós já tivemos um encontro, inclusive na Câmara, e estamos aguardando um projeto para analisarmos. Precisamos entender e formatar, mas eu acho que podemos trabalhar com uma linha de crédito tanto para um evento quanto para feiras. O promotor de feira, através do promotor, e chegar em cada um que vai participar, um crédito para cada um. Precisamos sentar e formatar isso. Meu telefone é 414-9338, aqui em Brasília. Estou à disposição para conversarmos. **O Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** sugere que o assunto deva ser passado para Câmara de Financiamento e Investimento para que seja feita uma proposta do *trade* para as instituições. **O Sr. Presidente da Mesa** considera a lembrança é importante. Fortalecer o Conselho através da sua Câmara para que, quando o *trade* nas suas várias representações nacionais for aos bancos, levar alguma coisa com começo, meio e fim em vez de propostas isoladas. **O Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** comenta que é com esse objetivo que foi formado o Comitê Executivo da Câmara Temática de Legislação, que pretende reunir todas essas necessidades e todas as entidades e levar uma proposta conjunta do setor turístico. **A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do MTur)** Crê que há confusão no oferecimento do Sr. Alan Baldacci, pois o assunto que o Vice-Presidente da Caixa Fábio Lenza está dizendo, é que, imediatamente, a UBRAFE, a ABAV e as outras entidades entrem em contato com o banco para fazer um convênio rápido para já irem trabalhando. Não tem porque esperar. E a Câmara ao mesmo tempo vai trabalhando as modalidades. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** passa a palavra ao Sr. Zubarán. **O Sr. Alexandre Zubarán (ABR)** informa que tem dois temas a discutir. O primeiro deles já foi esclarecido e tem certeza de que o Sr. Moreira vai falar sobre ele, que diz respeito ao pagamento de serviços no exterior quando uma empresa ou um destino ou até mesmo a própria EMBRATUR ia lá promover Brasil e isso não era entendido como exportação e, sim, como remessa de capital para fora do país e era taxado às vezes em 33% ou 30%. Parece que há um novo entendimento e tenho certeza de que ele falará sobre isso. **O Sr. Eduardo Sanovicz (EMBRATUR)** informa que não é entendimento, é uma lei aprovada pelo Congresso Nacional. Você não paga mais. **O Sr. Alexandre Zubarán (ABR)** apóia os Conselheiros Bonadona e Armando e ratifica a necessidade do setor ter uma estratégia clara para gerar demanda. Precisamos que os bancos ofereçam aos seus correntistas na mesma agressividade que eles oferecem crédito para automóvel; com o mesmo empenho, que isso seja oferecido para o turismo

ou que tenhamos uma estratégia semelhante para estimular as empresas com benefícios. É isso que vai fortalecer o setor para que os bancos possam nos entender como empresas ou entidades fortalecidas podendo pagar os seus compromissos. **O Sr. Presidente da Mesa** concorda com o Sr. Zubaran e solicita a atenção, principalmente dos representantes do Banco do Brasil e do BNDES no que se refere aos prazos curtos dos financiamentos. Sugere que talvez fosse válido fazerem um estudo de qual seria o prazo e o setor privado por sua vez contratasse estudo para dizer e provar que o prazo de oito anos talvez seja impossível, dadas as condições que temos hoje de pagar qualquer investimento. Continua e pergunta ao Sr. Castelo Branco (BNDES): “Vamos imaginar um empreendimento estrangeiro de 100%. Ele vem para o Brasil e, se ele quiser fazer um investimento de 100 milhões num *resort* médio, por exemplo, ele vai ter de pagar cesta de moeda?” **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde que sim. **O Sr. Presidente da Mesa** continua “Ele vai receber em real. O risco dele é todo exposto só porque ele é estrangeiro. Vocês têm alguma demanda para isso?” **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** “Tem”. **O Sr. Presidente da Mesa** “Então, tem empresário estrangeiro que acha melhor tomar o real” **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde que não e explica que há pessoas interessadas em tomar, mas quando explicamos que será cesta de moedas, elas desistem. Mas não podemos pois estamos regidos pela Lei nº 4.131 e pelo Decreto nº 2.233. **O Sr. Presidente da Mesa** questiona: “Pensando que vamos ter uma demanda para isso e, na medida em que a demanda se materializa e é dito que é cesta de moedas, a pessoa recebe em real, paga em dólar, mas vocês têm a convicção de que esta lei é boa ou devíamos mexer nesta lei?” **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde “Eu tenho insistido, desde que comecei a participar do Conselho, que o único jeito de financiar controle estrangeiro no Brasil, se o setor de turismo é prioridade, é inseri-lo dentro do Decreto-Lei. Há pessoas interessadas mas não podemos emprestar porque a Lei nº 4.131 estabelece que o financiamento para empresa de controle estrangeiro tem de ser em moeda estrangeira e o Decreto-Lei nº 2.233 excepcionalizou setores. O turismo não está excepcionalizado.” **O Sr. Presidente da Mesa** diz que entendeu. **A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do MTur)** uma proposta do Ministro Walfrido com o Ministro e que nela foi solicitado que nós o consultássemos antes e acertássemos antes de mandar para o Ministro Palocci, propondo a alteração desse Decreto, incluindo o turismo no decreto informa que esses setores foram “excepcionalizados” no processo de privatização passado. A lei é anterior mas o último decreto é daquele processo. **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** solicita a palavra pois precisa se ausentar mas antes gostaria de dar algumas respostas. Com relação ao Programa de Turismo, a Diretoria do banco definiu que não quer fazer vários programas, quer diminuir o número de programas. Em termos do setor, isso não trouxe grandes prejuízos. Alguma coisa foi modificada, mas não tudo. Com relação a prazo, posso responder que o prazo que estamos praticando com o financiamento é o prazo que o projeto rentabilizar. Hoje, podemos fazer em 10 ou 12 anos, dependendo da característica de cada projeto, vamos analisar. É claro que muitas vezes a empresa apresenta prazos perfeitamente compatíveis e é isso que vamos procurar praticar. Às vezes há um discurso que diz que é só em 15 anos, mas, na hora em que ele apresenta o projeto para nós, ele mostra que em oito ou dez anos está rentabilizado. Vamos discutir hoje a política do banco, diferentemente de quando havia o programa de turismo, é praticar o prazo que o empreendimento for possível remunerar. É assim que está operando hoje. O prazo está livre. Não estamos fixados em oito anos. Vamos analisar cada investimento. **O Sr. Presidente da Mesa** pergunta: “Castelo Branco, você disse que a diretoria do banco decidiu que o turismo não é uma prioridade, isso não significa que o turismo não deixa de ser atendido, não é isso?” **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde que a Diretoria do banco decidiu setores prioritários. O turismo não está naquele setor prioritário. **O Sr. Presidente da Mesa** informa que vai solicitar amanhã em reunião ministerial “que se faça uma recomendação, através do Conselho de Administração do Banco, que é quem manda no banco, lembrando ao banco que o turismo é prioridade no Governo Lula, está entre as dez máximas de prioridade do Governo. Não estou comentando isso aqui para você levar esta mensagem, mas para dizer ao setor que vou reivindicar. Não sei se eu vou conseguir, mas é importante que o setor se mobilize também, porque o BNDES acaba de nos informar formalmente que o turismo não é uma prioridade do banco e que não obstante projetos de turismo são passíveis de serem financiados no banco. Essa é a realidade no único Governo que considerou o turismo como prioridade. É estranho que um banco controlado 100% pelo Governo tire uma prioridade da prioridade do Governo.” **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde ao Conselheiro Bonadona. Estamos trabalhando dentro da realidade brasileira. Os juros brasileiros são mais



altos, os juros do BNDES são mais baixos dentro da realidade brasileira e as garantias têm muito a ver com a questão do Judiciário. Não podemos pensar que vamos pegar qualquer garantia e vamos pegar garantia no projeto, porque nós temos características diferentes de outros países. Infelizmente é essa a realidade. O banco não pode ficar só do lado de cá recebendo a culpa. Temos de proteger o banco também porque o banco tem de dar lucro, porque só assim ele vai emprestar mais; se não der lucro, ele não empresta. Temos limites regulados pelo Acordo da Basileia, temos a fiscalização do Tribunal de Contas, das fiscalizações do Ministério, temos de prestar contas de tudo. A questão fundamental do setor é um problema de demanda. As taxas de ocupação dos hotéis estão baixas. Há hotéis que estão com a taxa de ocupação de 20% ou 30% e, com isso, ele não pode tomar financiamento e fazer investimento. Acharmos que é isso, principalmente. **O Sr. Roland Bonadona (FOHB)** responde: “ Você está vendo a situação de um lado. O custo do dinheiro, as regras do banco fazem com que vocês não podem emprestar com taxas menores. Eu concordo com esse ponto de vista. Do ponto de vista de quem faz o mercado, essas taxas são altas demais, porque não temos a rentabilidade para pagar esse tipo de taxa, ou seja, é inviabilizado. O que foi feito em outros países, não estou dizendo que temos de copiar, é que o Banco de Desenvolvimento considerou do lado estratégico dessa atividade que ia gerar emprego a longo prazo, decidiu assumir essa diferença, o que o BNDES não pode fazer. Não podemos nos esquecer de que estamos aqui numa economia que não tem uma visibilidade absolutamente perfeita. No papel, você pode ter muito bem um empreendimento que diz que em oito anos pode pagar, só que sabemos que oito anos no papel não são necessariamente os mesmos na realidade. Se você olhar os oito anos passados, não dá para pagar. Tem de ser 10, 12 ou 15 anos, como se faz no exterior”. **O Sr. Presidente da Mesa** comenta que quando se aumenta o prazo, aumenta o risco, aumenta a garantia, e acaba aumentando o custo, ao invés de baixá-lo. **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde que o banco faz financiamentos de 10 e 12 anos, não apenas de oito desde que seja mostrado pela empresa em seu projeto. **O Sr. Presidente da Mesa** pergunta se o banco não colocava uma premissa de que o prazo máximo era de oito anos antes? **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde que no programa de turismo, o prazo máximo era 10 anos na região Sudeste e 12 anos na região incentivada. Hoje não tem prazo máximo definido, depende de cada projeto. **O Sr. Presidente da Mesa** pergunta se na opinião pessoal do Sr. Castello Branco o banco hoje considera o turismo como algo importante? **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** responde que com relação ao montante de recursos, o Presidente da Mesa tem toda a razão. É muito pouco dentro do que já foi feito e do que está acontecendo. “ Por um lado, temos uma repercussão do que aconteceu no país: por que houve redução de investimento? Porque não houve crescimento, porque houve a crise no setor, o que dificulta que haja projetos novos e, às vezes, a análise de risco fica um pouco mais rigorosa. O banco quer fazer a operação. Acontece que não tem aparecido demanda suficiente que consigamos aplicar ou decidir favoravelmente. Com relação a setores prioritários, a diretoria do banco os definiu. Se você entrar no *site* do banco, verá que a informática, o *software*, a química fina e a biotecnologia são os setores prioritários, além de outros. De fato o turismo não está lá, mas há um problema de demanda. Não é porque carimbou 400 milhões que não fizemos operação. Não é isso que vai resolver. O que vai resolver é ter demanda e, se houver demanda suficiente, não vai faltar recurso. Prazo não é mais o problema. Os juros são esses que temos, mas são juros brasileiros. Os juros do BNDES não são os mais baixos do mercado, porque os do FNE e do FNO são mais baratos. Quem tem recursos, vá buscar do FNE e do FNO porque eles são mais baratos porque têm condições. Com relação a fazermos mais barato, só se o Tesouro assumir parte, senão o BNDES tem o seu custo de captação e tem de remunerar porque no fundo é recurso do trabalhador é o FAT, e a captação de recurso externo. Então, o BNDES não pode fazer muito mais barato porque se a TJLP cair, é porque o BNDES vai pagar o FAT a um custo menor, então, ele pode fazer mais barato. Senão, a base é TJLP e cesta de moedas, e a taxa de juros que tem de remunerar as operações. Essa é a nossa realidade. **O Sr. Presidente da Mesa** acha que o BNDES pode levar em consideração que se um financiamento que não deu certo, de repente for substituído por um grupo que dê certo e aumente o prazo para pagamento. **O Sr. Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES)** informa que quando o BNDES contrata uma operação, acha que vai dar certo. Não deu certo. Nesse caso específico, o que acontece? O controle passa a ser estrangeiro. Se é estrangeiro, tem de ser cesta de moeda, e ele não quis tomar cesta de moeda. A lei estabelece que, sendo controle estrangeiro, tem de ser moeda estrangeira. Pelo fato de ser um grupo estrangeiro, o financiamento tinha de ser em moeda estrangeira. **O Sr. Presidente da Mesa** pergunta: “ Quer dizer que pelo menos o compartilhamento de controle está dentro da cesta de moedas?” **O Sr.**

**Carlos Eduardo Castello Branco (BNDES) responde:** “Se o controle é nacional, pode ser TJLP. Nesse caso, analisar-se-ia o comprador e passaria o financiamento. Era possível.” **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** passa a palavra ao Sr. Paulo Solmucci. **O Sr. Paulo Solmucci (ABRASEL)** informa o assunto financiamento é gravíssimo para o nosso setor. Continua: “Temos problemas com relação a emprego. Geramos muito emprego mas destruímos muito emprego no nosso setor, porque as empresas têm uma vida média muito pequena. Por quê? Um dos pontos abordados aqui é a aquisição do imóvel que a Caixa diz ter oferecido, cujos dados precisamos conhecer. Eu já pedi formalmente ao Ministério os contatos com a Caixa com relação a esse financiamento, quais as características e as garantias. Outro assunto que nos aflige muito é capital de giro que cresceu em importância com a crise, porque todos sabem que qualquer setor sofreu com a crise com relação a capital de giro, mas houve também uma mudança de característica do negócio com o crescimento de cartão de crédito. A participação na venda do nosso setor está crescendo muito. E o Flávio mencionou, não entendi se já foi resolvido, que a Caixa é a única que financia Mastercard fora Mastercard e, ao mesmo tempo, ela tem uma restrição de um ano para a empresa começar a antecipar esse recebível. Vamos fazer investimento junto com o Ministério na área de Alimento Seguro, vamos precisar de dinheiro, sei que tem linha para isso, e nada disso está me preocupando além do cartão. Quero fazer um registro muito importante. O Banco do Brasil tem nos procurado insistentemente para fazer valer o PROGER. Acontece que o setor de bares e restaurantes não está incluído no FAT ainda como setor autorizado a usar o PROGER. Esse assunto já foi abordado duas vezes por mim. O Ministério do Turismo já fez a parte dele. Precisamos que vocês nos ajudem para que o Ministério do Trabalho faça a parte dele. É um decreto rápido, é só assinar um enquadramento e eu queria destacar que o Banco do Brasil tem procurado o setor de bares e restaurantes de norte a sul neste país, inclusive nos pressionando para pressionarmos as autoridades para enquadrar o setor no PROGER. Eu não queria deixar de mencionar isso por justiça e ao mesmo tempo pedir a oportunidade ao Banco do Brasil para que designe alguém para podermos conversar - tanto o Banco do Brasil como a Caixa - para que o setor possa estabelecer uma parceria de negócio para tentarmos focar esses empreendimentos nossos que são quase um milhão de empresas no Brasil com os bancos oficiais, com as linhas oficiais de maneira que agilizemos negócio com os seus bancos e a comunicação dessas linhas, porque se não fizermos esse esforço no sentido de trazer capital a custo decente para o setor, vamos continuar matando emprego no Brasil e destruindo riqueza de uma maneira jamais vista. **A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do MTur)** não entende o Conselheiro Paulo pois, destaca a Sra. Maria Luisa, o Ministério do trabalho foi parceiro do MTur desde o início no PROGER, mas está com dificuldade de convencê-lo que tem que colocar bares e restaurantes. Como todo hotel é turístico e nem todo bar e restaurante atende turista, o Ministério está criando uma dificuldade enorme para isso que a linha não está emprestando. Mesmo que melhore um bar e restaurante que não seja turístico, ele melhora o nível do local e acaba melhorando o turístico. Isso é muito claro. Estamos insistindo com o Ministério do Trabalho e vamos colocar todos para nos ajudar nisso. **O Sr. Paulo Solmucci (ABRASEL)** informa que teve informação que do Banco do Brasil, e talvez seja a mesma situação na Caixa, de que está sobrando recurso. “Somos os maiores empregadores deste país. Não tem sentido o Ministério do Trabalho e do Emprego fechar os olhos para uma realidade dramática.” **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** “É verdade que não está no PROGER Turismo, mas aquelas operações que têm as características aceitas pelo PROGER Tradicional já podem ser atendidas. Seria muito bom esse esforço do Ministério no sentido de fazer essa alteração. Estamos trabalhando juntos nisso. Reforço que a linha de recebíveis disponível hoje, que o Banco do Brasil conseguiu colocar à disposição, foi a linha de desconto de recebíveis de Visa. A antecipação de cartão Visa já está funcionando. A antecipação de cheque ainda não. Outra coisa que queria esclarecer ao Presidente da ABAV é que nesse caso não será o Ministério que vai comunicar nada. Na verdade, vamos passar aos nossos gerentes e os nossos gerentes vão procurar os seus associados. Então, neste caso, não tem risco de haver falha de interpretação, porque será a própria pessoa que vai estar indo.” **A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do MTur)** completa informando que a Caixa está com recebíveis Mastercard e o Banco do Brasil com recebíveis Visa na rua. **O Sr. Fábio Lenza (CAIXA)** informa que a CAIXA tem recebíveis Mastercard e que o produto em janeiro, então, tem de ter cautela, mas agora já sendo analisando. “Vamos dar limite de 100%, o limite que vier vai antecipar. Temos antecipação do cheque também. Além disso, você colocou a questão do capital de giro. Realmente o PROGER Turismo tem 60 meses e taxa diferenciada. Aquele crédito a porte que eu

coloquei é de 60 meses e tem uma taxa boa também. Estou à sua disposição pelo telefone 414-9338 para estruturarmos esses produtos e mais alguns.” **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** concede a palavra ao Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC). **O Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** apóia o Sr. Paulo Somucci (ABRASEL). Continua “faço um alerta: preocupa-me a abertura, Ministro, de uma forma igualitária às empresas nacionais, do financiamento para as empresas estrangeiras. Fico preocupado com isso.” **O Sr. Presidente da Mesa** pede para que o Conselheiro Norton não se preocupe. **O Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** responde: “Com 40% de ocupação, Ministro, tem espaço para todo mundo?” **O Sr. Presidente da Mesa** diz que gostaria que essa discussão fosse colocada pelo setor hoteleiro, porque ninguém nunca manifestou isso. Continua: “ Para crescer, o Brasil precisa de capital estrangeiro, mas ele vem para cá e corre um risco. Não vamos ser xenófilos e não vamos dar dinheiro subsidiado para eles, como demos na privatização. O BNDES financiou empresa estrangeira para comprar empresa brasileira. Isso já passou e não nos cumpre discutir. Eu sou contra controle de preço e sou contra fechar investimento de outros. A concorrência tem de mostrar competência. Temos de ter muito cuidado. Não estamos sendo ameaçados por nenhum estrangeiro, mas por nós mesmos.” **O Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** responde que não é contra a concorrência, pelo contrário, é a favor da livre iniciativa, só que se eu tentar fazer investimento no exterior, vai ser diferenciado. Para cá é a mesma coisa. **O Sr. Presidente da Mesa** responde que não é. Hoje, até na China, que era diferenciado, já não é. O mundo está aberto, o Brasil é que está fechado. Temos uma corrente de comércio exterior que representa 130 bilhões num PIB de mais de 500 bilhões. Há países que estão com corrente de comércio exterior no valor de 40% do PIB. Então, estamos muito fechados do ponto de vista da integração com o mundo exterior. A nossa corrente de turismo é 0,6% da corrente de turismo mundial. Há 700 milhões de pessoas viajando pelo mundo e 4,2 milhões vindo para o Brasil. É menos de 1%. Então, não há ameaça nenhuma. Teria se estivéssemos recebendo aqui 30 milhões de turistas e as grandes cadeias tivessem tomado conta de tudo, mas o Brasil não é nem levado em consideração sobre o problema do fluxo mundial de turismo - 0,6%. **O Sr. Luiz Carlos Nunes (ABIH)** informa que a luta da hotelaria é justamente aumentar a demanda. Hoje, todos os bancos falaram da baixa taxa de ocupação, da situação da hotelaria no Brasil e todos ficarão contentes com o plano apresentado pela Caixa. Informa que a hotelaria tem o tiquete-diária para facilitar a circulação e solicita que a CAIXA esclareça o plano de férias que será implantado. **O Sr. Fábio Lenza (CAIXA)** responde que a idéia é não entrar nessa seara de plano de férias normal, ou seja, um banco ter de suprir a parte financeira. O papel do banco é fornecer de um cartão que pode ser usado só em hotéis, agências de viagem, máquinas instaladas em estabelecimentos do setor, que poderia ter uma poupança prévia com sorteios e também crédito a associados. O crédito não é igual ao cartão de crédito, que você financia no cartão e recebe pingado, em 12 parcelas. É o crédito na hora para o estabelecimento. É um plano de férias 100% financeiro e com uma tecnologia e com vários benefícios bancários dentro, para usar no setor do turismo bem direcionado. Informa que foi lançado um crédito esta semana para o aposentado crédito de 36 meses consignado em folha, montamos esse crédito com o INSS. **O Sr. Luiz Carlos Nunes (ABIH)** pergunta se o agente de viagem participará do cartão que será lançado. **O Sr. Fábio Lenza (CAIXA)** responde que sim, inclusive todos os restaurantes. Continua: “ Aliás, na base de cartão, conseguimos identificar que é restaurante. Qual foi a nossa decisão? Diferente do FAT, nós decidimos: já que não conseguiremos distinguir qual restaurante é turístico e qual não é, coloca todos os restaurantes, para não penalizar os que são pelos que não são”. **O Sr. Luiz Carlos Nunes (ABIH)** pergunta qual será a taxa do cartão. **O Sr. Fábio Lenza (CAIXA)** responde que do plano de férias, ainda não tem a taxa definida, porque vão lançá-lo em agosto. O formato é esse, mas o propósito da Caixa, como banco público e de execução da política de Governo de redução dos *spreads* bancários, é procurar sempre trabalhar com as menores taxas do mercado. Serão taxas boas, assim como a do aposentado. **O Sr. Luiz Carlos Nunes (ABIH)** continua e informa que a outra questão é dos financiamentos para os pequenos e médios hotéis. Comenta sobre a inadimplência. Ratifica que o segmento não tem linhas de financiamento, principalmente para reforma e ampliação, porque hoje a capacidade instalada no Brasil está em torno de 40%; há cidades com até 30% de ocupação. A hotelaria aos poucos está se degradando. O hoteleiro não tem acesso a essas linhas de financiamento para reforma e ampliação. Sugere o estudo, junto com os banco, de uma linha de financiamento para a reforma, porque o acesso é muito difícil. Continua e aponta outra questão: a hotelaria não sabe mostrar os seus números. Por isso o turismo é uma das dez prioridades do Governo e não é prioridade para os bancos. A CAIXA citou que faltam dados da hotelaria e do turismo. Eu gostaria de reafirmar a necessidade desse censo

do nosso setor para podermos mostrar que os bancos, muitas vezes, estão investindo em algumas áreas que estão com um número de hotéis muito grande, como é o caso de São Paulo, por exemplo, e há regiões do país que necessitam de hotéis e de financiamento. Esse censo nos daria uma visão global do que temos no país. **O Sr. Presidente da Mesa** concorda que setor de turismo realmente não tem dados. Informa aos representantes dos bancos que já contratou a Conta-satélite e que ela já está sendo trabalhada e a partir do momento que tivermos a Conta-satélite por estado, teremos o PIB estadual desagregado de tal maneira que saibamos quanto o turismo em cada estado vai contribuir para a sua economia. Comenta que os bancos, para poderem fazer análise setorial, se eles não têm dados, eles estimam com os dados do IBGE. Então é feita uma inferência e as inferências são desfavoráveis. Ratifica a necessidade do contato mais íntimo com os bancos e informa que o MTur, através da Embratur já tem uma Diretoria para o levantamento de dados. Pergunta se na questão do financiamento dos pequenos hotéis, pousadas a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estão oferecendo linhas de até 500 mil reais. **O Sr. Fábio Lenza (CAIXA)** informa que a CAIXA vai disponibilizar a informação aos hotéis. **O Sr. Presidente da Mesa** comenta que houve uma época em que o SEBRAE trabalhou com o Banco do Brasil, para os escritórios do SEBRAE ajudarem os empresários a preparar as suas propostas. Agora, a informalidade é um dado. Não vamos emprestar para informal, então não vamos emprestar para um pedaço grande da economia. O que as entidades podem fazer – e o MTUR está disposto a ajudar e tem algum dinheiro para isso – no treinamento, na capacitação e no apoio ao setor turístico para poder melhorar a sua apresentação, porque parece ser senso comum a opinião de que a demanda é deficiente o que eu não concordo. **O Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** comenta que está havendo um equívoco. Acho que podem vir novos equipamentos se tem demanda, mas, se não tem demanda, vai baixar mais ainda a ocupação. **O Sr. Presidente da Mesa** responde que dessa forma seria pela reserva de mercado. **O Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** responde que não quer fazer reserva de mercado. Diz que, se tem demanda, pode vir o investimento que vier. **O Sr. Presidente da Mesa** responde que o MTUR não pode inibir o investimentos Podemos induzir o setor através de programas de subsídio, de incentivo, de capacitação, mas dizer que não se pode construir mais um hotel porque a capacidade está esgotada, não podemos. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** informa que há mais cinco inscritos. São 14h20min e ainda temos de votar o ingresso da ABRAJET e do Fórum das Instituições de Ensino. **O Sr. João Luiz dos Santos Moreira (FBC&VB)** manifesta o seu protesto contra a falta de objetividade e pela repetição dos assuntos abordados na reunião. Sugere que as pessoas sejam objetivas. Agradece e parabeniza o trabalho feito de redução do imposto para base alíquota zero e a Medida Provisória nº 164, art. 25, que colabora com o Governo e com toda a cadeia. Sugere que na sexta reunião todos deveriam colaborar para participação igualitária. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** passa a palavra ao Banco do Brasil. **O Sr. João Rabelo Júnior (banco do Brasil)** informa o contato do Banco do Brasil para as futuras parcerias, para que continuemos conversando. O meu telefone é João Rabelo Júnior, Banco do Brasil, (61) 3105580 e o e-mail [jrabelo@bb.com.br](mailto:jrabelo@bb.com.br). **O Sr. Presidente da Mesa** agradece aos representantes dos cinco bancos, que são membros do Conselho, pois estão permanentemente aqui. Vimos que há uma disposição de eles de nos ajudarem mais até do que eventualmente possamos supor, mas temos de aumentar o nosso poder de barganha em termos de competência, de pressão, de articulação, de lobby, de dados, para conseguirmos aumentar e melhorar as condições nas quais o turismo está sendo visto. Na medida em que não temos uma demanda, não fazemos pressão, vamos ficando esquecidos também. De minha parte, estou convencido de que devemos lutar para que o turismo seja prioridade nos cinco bancos públicos. Eu já conto com a boa vontade dos gestores que estão aqui: do João Batista, do BASA; do Pedro Eugênio, do BNB; do Fábio Lenza, da Caixa; do João Rabelo, do Banco do Brasil; e do Castelo Branco, do BNDES, que já nos deixou. Teremos de trabalhar muito ainda, pois os bancos têm de colocar o turismo como uma prioridade, precisamos ter o afinamento dessas discussões e os bancos estão dando duas diretrizes. A primeira delas é as entidades nos procurarem para que eles entendam como elas funcionam para fazer convênios para facilitar a vida dos seus sócios. A segunda é que nós forneçamos cada vez mais dados para que eles possam entender o setor e nisso que o Fábio Eugênio colocou com muita clareza para minimizar o risco do setor. Obviamente vamos fortalecer dentro do Conselho o trabalho da Câmara de Financiamento. **A Sra. Maria Luisa Leal (Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do MTur)** solicita novamente que todas as entidades o CNPJ, para que os bancos possam fazer o trabalho ativo. **O Sr. Tasso Gadzanis (ABAV)** informa que não tem o CNPJ dos três mil associados da ABAV, mas vai tentar solicitar para encaminhar ao

MTur. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** dá seqüência a pauta e coloca em votação os pedidos de inserção no Conselho. Primeiro a ABRAJET - Associação Brasileira dos Jornalistas Especializados em Turismo, cita a presença do Presidente na reunião, Sr. Cláudio Magnavita. Em votação. O Sr. Milton Zuanazzi questiona se algum Conselheiro deseja se posicionar contrariamente ou fazer alguma manifestação. Aprovado por unanimidade. A ABRAJET faz parte do Conselho. O segundo pedido é do Fórum Nacional de Cursos Superiores de Turismo, Hotelaria e Áreas Afins, são as faculdades e universidades de turismo que estão formando os nossos bacharéis em turismo e hotelaria. Essa entidade é absolutamente nova e se instalou num congresso ano passado na Bahia, em Porto Seguro, e agora fez a sua ação definitiva com registro em cartório a partir do Congresso em Balneário Camboriú. Em votação. Os Conselheiros que aprovam o ingresso do Fórum no Conselho permaneçam como estão. Está aprovado. **Sr. Presidente da Mesa** dá as boas vindas aos novos integrantes do Conselho. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** passa a palavra ao Sr. Tasso. **O Sr. Tasso Gadzanis (ABAV)** cita a luta da entidade no Congresso Nacional para aprovarmos o reconhecimento da atividade de agente de viagem e comenta que a situação está ficando cada vez pior. Informa que foram surpreendidos com a de uma nova associação de *free lancers*. Pede a ajuda do MTur para a aprovação da atividade. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** Informa que esta lei originária do Deputado Alex Canziane passou na Câmara dos Deputados, mas emperrou no Senado Federal, em função do debate sobre as questões que feriam o Código de Defesa do Consumidor. Portanto, há uma outra lei maior, vocês sabem que o Código de Defesa do Consumidor tem hoje, além de um poder regulatório profundo, um conjunto de credibilidade pública *inconteste*. A ABAV, antes de começar a reunião, disse-me que a ABAV aceitou as posições do órgão do defesa do consumidor do Ministério da Justiça, que é quem trancou a lei não aceitando a lei original, mas projeto de lei é isso mesmo, vai se alterando até se encontrar um consenso. Se há esse consenso por parte das agências, temos condições de tramitar com bastante rapidez. Então, para fecharmos e não alongarmos mais nenhum minuto vamos marcar esta reunião para fecharmos a negociação desse consenso e, como o Governo coloca isso como prioridade, nós, com certeza, faremos isso rapidamente. **O Sr. Tasso Gadzanis (ABAV)** agradece. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** Chama a atenção, já que estamos em fase final, que muitas entidades têm participado, inclusive a ABAV e outras, da Lei Geral do Turismo, e todos esses aspectos colocados na lei do Deputado Alex Canziane foram colocados na Lei Geral com alguns ganhos. A Lei Geral dá algum ganho em relação ao que o Ministério da Justiça originalmente dizia que aceitava. Isso do ponto de vista desse ambiente de debate, não é ainda no Congresso, tudo isso está sujeito a alterações. Mesmo dentro do Governo, isso ainda vai à Casa Civil. A Lei Geral de Turismo tem a força de partir do Executivo e, partindo do Executivo, parte com muito mais rapidez para a sua solução. Nada impede que aprovemos a lei do Deputado Alex Canziane e depois aprovemos a Lei Geral, porque a lei, em seu último artigo estabelece: "Revogam-se as disposições em contrário", ou seja, revogam-se as leis anteriores que estão se repetindo. Se a questão é de emergência por parte das agências de viagem, podemos aprovar a lei do Deputado Alex Canziane imediatamente e traríamos a Lei Geral de Turismo na reunião de setembro para aprovação deste Conselho. A Câmara de Legislação está adiantada neste assunto, já está na 5ª versão interna, mas temos um debate ainda dentro do Governo para fazer. Se este Conselho aprovasse em setembro, com certeza até dezembro poderíamos estar com a lei aprovada. Ela é uma Lei Geral mesmo e fala de todos os setores, não meramente do setor de agência de viagem. Se nós fechamos esse consenso imediatamente, continuaremos com a Lei Geral e depois ela será superior a essa, que terá uma vida curta, digamos assim. De qualquer forma, ela não atrapalha em absolutamente nada, pelo contrário, ela complementa a anterior. Mais uma vez chamo a atenção dos senhores pois a Lei Geral está indo para a sua fase final. Portanto, entidades que queiram colaborar têm ainda prazos para colocar, tirar, propor mudanças. Continuamos nas comunicações. Com a palavra o Sr. Norton. Lenhart. **O Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** em nome do Dr. Antônio de Oliveira Santos, da Câmara Empresarial de Turismo da CNC, queremos dizer que recebemos com muita alegria o Conselho aqui nesta Casa e estamos colocando as nossas instalações à disposição, sempre que o turismo nacional precisar hoje e sempre. Para nós foi um motivo de muita satisfação recebê-los aqui. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** passa a palavra ao Sr. Alain Baldacci. **O Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** Informa que a ADIBRA vai prestar uma homenagem pública ao Sr. Ministro na ocasião do Congresso da Exposição Mundial de Lazer – EXPOLAZER, em São Paulo, no dia 12 de agosto, onde o senhor será agraciado como personalidade especial no setor de parques temáticos e atrações turísticas. **Sr. Presidente**



**da Mesa** agradece e aceita a honraria. **O Sr. Alain Baldacci (ADIBRA)** Sugere: já que o Ministério tem acompanhamento legislativo permanente, e o nosso setor é ainda um pouco desestruturado para acompanhar da maneira como o senhor sugeriu que acompanhássemos as votações, sugiro que se crie uma circular aos Conselheiros, como um alerta, descrevendo quais os trâmites que estão em andamento no Congresso. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** agradece. E informa que quer fazer uma declaração: “Houve todo um debate, especialmente sobre a COFINS nesta reunião. Como na vida sempre estamos aprendendo todos os dias e agora mesmo a colocação ao Ministro de estarmos mantendo a informação, todo o processo da construção e de como levamos aquele debate para tentar reverter a questão do COFINS, quero chamar a atenção dos Conselheiros para o seguinte: o Congresso Nacional pode levar cinco anos para votar um projeto, mas pode votá-lo em cinco minutos. Existe uma Comissão de Turismo na Câmara dos Deputados e uma Sub-comissão de Turismo no Senado. Neste caso particular da COFINS, quero dar esse depoimento porque se não fosse o Ministro Walfrido e o Presidente Lula a votação teria passado despercebida por todos nós. O Ministro Walfrido estava viajando com o Presidente Lula quando ficou sabendo que a votação seria no dia seguinte. O contato de vocês com o Congresso e essa agilização são fundamentais. Como disse antes, o Congresso pode votar em cinco minutos um projeto que está tramitando há cinco anos, num acordo de liderança, e o assunto fica encerrado, às vezes nem a comissão fica sabendo. Esta atenção, este *feedback* permanente entre nós é fundamental. Temos de entender esses processos. Quero dar esse depoimento porque o Ministro e o Presidente Lula foram simplesmente as pessoas corretas na hora certa.” **O Sr. Norton Lenhart (FNHRBS/CNC)** informa que já solicitou ao Dr. Antônio de Oliveira Santos a contratação de uma pessoa para a Câmara Empresarial de Turismo da CNC para ter esse acompanhamento e que a CNC tem todos os processos em tramitação que dizem respeito à área de turismo e vai passá-los a todas as entidades para que também agilizem junto aos seus deputados e senadores. Vamos contratar uma pessoa exatamente só para fazer esse tipo de trabalho. **O Sr. Milton Zuanazzi (Secretário Executivo do Conselho)** agradece e passa a palavra ao Presidente da Mesa para as suas considerações finais. **Sr. Presidente da Mesa** agradece a presença de todos. Continua: “Daqui para frente, teremos uma chance de fazer mudanças, visto que há vontade política do Governo e amanhã teremos oportunidade de fortalecer isso. Acho que vocês, dirigentes de entidades e membros do Conselho, se apoiarem o Presidente da República nesta prioridade máxima que ele dá ao turismo, fortalecerão a nossa posição, assim como se apoiarem as duas comissões de turismo na Câmara e no Senado também. Esta reunião foi um pouco mais longa e até um pouco informal demais. A sugestão do Moreira é boa para formalizarmos melhor as próximas reuniões, mas saio daqui satisfeito e acredito que todos vocês também sairão um pouco balanceados. Temos de cumprir as metas. Se elas fossem fáceis, não estávamos nem aqui discutindo-as. Eu tenho muita convicção de que a situação vai melhorar numa rapidez maior do que nós até podemos imaginar, porque há um mês atrás nós estávamos com um exército de cassandras, já considerando que o Governo estava perdido, e, de repente, as pessoas descobrem que o país está crescendo; descobrem porque não querem ver, porque ele não está crescendo numa determinada capital, porque o Brasil tem 8 bilhões de quilômetros quadrados e 5.561 municípios. Eu estou andando pelo Brasil inteiro. Estou saindo daqui agora para ir a Belém com o Milton, com o Eduardo e com a Maria Luisa e volto hoje à 1h da madrugada. Amanhã à tarde estarei em Belo Horizonte, depois de amanhã estarei em Ouro Preto, segunda-feira estarei no Rio de Janeiro. Estou rodando e vendo que o Brasil está crescendo. Há lugares em que o emprego tem oferta de vaga, há lugares em que está sobrando gente, e o turismo está espalhando para o Brasil inteiro. Temos o dever de enxergar esta janela de oportunidade que é o turismo. Há um ano e meio atrás, não éramos um setor prioritário para o Governo. Como era realizado o orçamento do Ministério do Turismo? Oitenta por cento do recurso eram emendas, não eram dinheiro do Ministério do Turismo. Podem acreditar nisso, porque estou vendo isso detalhadamente. Este ano teremos 232 milhões sem um tostão de emenda. As emendas individuais são 58 milhões, das quais 45 milhões já estão empenhadas e todas com análise prévia da Maria Luisa, do Milton e do Eduardo. Estamos apoiando todas elas. Os deputados têm sido rigorosamente parceiros. Se um deputado colocar uma emenda para fazer uma praça, a praça tem de ser numa cidade que tenha um teor turístico, não pode ser numa cidade qualquer, senão tem que ser no Ministério da Cidade. Vamos fazer um centro de apoio ao turismo numa cidade que tenha vocação turística e não numa cidade que não tenha. Estamos disciplinando o Congresso, que tem nos dado todo o apoio. Eu lhes garanto que o número de emendas individuais ano que vem vai aumentar de 58 milhões para 80 ou 90 milhões, sem contar as emendas de bancada, que são 220 milhões e ainda não

começamos a liberar, mas sem elas temos um orçamento de 232 milhões a realizar este ano. Eu tinha sido contingenciado em 25 milhões, já recebi 15 milhões hoje de volta e vou receber os 10 milhões no mês que vem. Não vamos ter um centavo de contingenciamento. Isso é prioridade. São 232 milhões, dos quais 32 milhões são para o PRODETUR, 90 milhões são para a EMBRATUR, e o restante será dividido entre as duas secretarias, com menos de 5% de custeio. Vamos assinar na próxima semana, finalmente, o acordo com a INFRAERO de 21 milhões de reais, dos quais 11 milhões são para apoiar as feiras internacionais com a EMBRATUR, 4 milhões são para apoiar os escritórios que estão indo maravilhosamente bem. Inclusive convido a todos vocês a usarem os nossos escritórios. Estive em Lisboa na sexta-feira e visitei o nosso escritório pela segunda vez. Ele é de vocês, ele é o Escritório do Turismo do Brasil, não é nem do Ministério nem da EMBRATUR. Tem sala, tem mesa, tem lugar para vocês deixarem o material das empresas, das entidades, fazer reunião e vamos abrir os outros agora. A INFRAERO vai nos apoiar com 4 milhões, 11 milhões com feiras -então já são 15 milhões - e os outros 6 milhões serão para atrair vôos *charters*. Eu estou de olho na questão das empresas de aviação do lado do turismo, de encher os hotéis, de fazer o trâmite, de fazer o movimento. Por isso fui contra a intervenção. Não é papel do Governo ficar policiando se a empresa 'a', 'b', 'c' deu tal ou tal desconto, sobretudo quando a lei dizia que quem faz a promoção hoje tem cinco dias depois que estabeleceu a promoção para mandar a planilha. E nenhuma empresa que tem 20% do mercado ou 30% de mercado, se der 20% dos seus assentos de graça, está quebrando ninguém, porque 20% de 20% são 4%. Eu nunca vi o mercado ser quebrado com 2%. Já vi *dumping* de 50% ou 60%, 70% quebrar os outros. Queremos uma concorrência saudável, mas não queremos reserva de mercado, assim como não queremos também esculhambação de todo mundo virar empresa de aviação a qualquer preço e depois quebrar. O papel do Governo é disciplinar corretamente a concorrência e não interferir na concorrência. Por causa dessa interferência, saiu uma portaria que eu considero absolutamente esdrúxula em que as promoções agora têm de ser combinadas *a priori*. Será preciso mandar antes de fazer a promoção e a concorrência toda ficará sabendo. A promoção é uma coisa legítima. E o órgão de controle está aí para não deixar uma coisa que é legítima tornar-se uma coisa ilegítima, mas não *a priori*, tem de ser *a posteriori*. Vender 30, 40, 50, 100, 1000, cem mil passagens a R\$ 1,00 (um real) não é nada no meio de 12 milhões de passagens vendidas. O Brasil tem de se acostumar com a concorrência. Por isso o Presidente também está de olho nisso. Vamos fazer uma reunião agora com vários ministros – da Defesa, da Justiça, da Fazenda, do Desenvolvimento e eu - para discutirmos a questão da aviação. Estamos dispostos a ajudar todas as empresas, não queremos sacrificar nenhuma, mas não queremos prejudicar de jeito nenhum o consumidor. O turista, esse consumidor que precisa viajar de avião, de ônibus em boas estradas, de navio, de barco, de carro próprio, de van, mas, sobretudo de avião num país continental, não pode ser sacrificado por uma inferência de meia dúzia de burocratas. Por isso eu me coloquei contra. Sei até algumas pessoas da área do turismo acharam que eu estava errado. Estou disposto a mudar de opinião porque eu não sou pedra, mas me dêem pelo menos um bom argumento. Eu fiz questão de ligar para todas as empresas aéreas e conversei com os seus presidentes para pegar inferência de cada um. Tenha santa paciência! Se não tivermos concorrência, não vamos a lugar algum. Ou vamos estatizar as empresas logo e vamos ver como elas funcionam. Não é isso que o Governo quer, não é isso que a sociedade quer, não é isso que os empresários querem. Nós queremos disciplina. Antigamente o estado era empresário, empreendedor, controlador, fazia o que queria: deixava a gente sem luz e sem água de um lado e enchia de luz e de água do outro. Hoje, não, o estado não é empresário, é regulador. Temos de aprender a fazer esse papel de regulação e não sabemos ainda. Interferimos onde não devemos. Quero deixar clara a posição do Ministério do Turismo contra a interferência no jogo da vida real do empresário que corre risco. Estamos 100% afinados a ajudar as empresas a sair do buraco. A Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda fez um relatório imenso, extremamente denso, já chamando a atenção que o *cold share* não pode continuar a (inaudível), porque isso é reserva de mercado. Isso tem de ser discutido, têm de ser criadas condições inclusive de sustentabilidade das empresas num momento em que o *cold share* se desfizer. Ou, se ele continuar, tem de ser em condições que não sufoquem as demais empresas. Eu estou muito à vontade para falar nisso porque eu não tenho nenhum tipo de ligação com nenhuma delas, nem de amizade. Só de conhecimento. Agora, se a aviação brasileira andar para baixo, o nosso plano também anda para baixo. Talvez valha a pena ter um debate numa dessas reuniões sobre essa questão porque ela está sendo vista com muita paixão. E temos de ver isso de um modelo mais amplo. Eu sou defensor da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, como parlamentar eu fui, como Ministro e cidadão que sou e

acho eu a tese da ANAC vai ganhar corpo violento no Congresso Nacional, dentro do Governo e dentro do setor de turismo, pois eu já conversei com muita gente e até agora não vi ninguém ser contra a ANAC. O papel da Aeronáutica não é balisar a aviação civil brasileira, é uma força militar que toma conta da aviação militar aérea para poder defender o Brasil, garantir sua soberania e prestar as outras funções necessárias de controle, etc. Agora, o negócio da aviação é um privado que tem de ter diretrizes estabelecidas com a lei no Congresso Nacional através de uma agência. Isso vai clarear muita coisa e melhorar inclusive a vida das empresas para que elas fiquem mais fortes. Eu considerei este fato uma interferência indevida por isso que eu a contestei. Eu estou falando aqui para o Conselho, não estou fazendo conferência nem estou falando para a imprensa, estou apenas querendo compartilhar com vocês a minha opinião. Depois, numa outra oportunidade, eu gostaria de conhecer em detalhe a opinião dos conselheiros sobre este assunto. O Congresso Nacional será o lugar em que vamos discutir isso. E quem tiver contribuição a dar, é importante que a organize para levá-la ao Congresso. Por fim, quero reiterar o meu otimismo de que vamos conseguir superar essas dificuldades. Nós tocamos o dedo numa ferida importante: o financiamento do setor privado do turismo nacional é um calcanhar de Aquiles para resolvermos e podermos dar um passo à frente. Conto com a colaboração de todos na interação com os bancos. Agradeço aos dirigentes dos bancos presentes e também à equipe pela contribuição. Compartilho com vocês o sucesso da nossa viagem à China que, para mim, foi a melhor viagem do Presidente, a que deu mais resultado. Agradeço a presença de todos. Obrigado.”. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Eu, Secretário-Executivo, lavrei a presente ATA que, depois de aprovada, assinarei com o Senhor Presidente da Sessão, em cumprimento às formalidades legais e regulamentares.

**WALFRIDO DOS MARES GUIA**

Presidente

**MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI**

Secretário-Executivo